

PAULO ROBERTO MONTEIRO PERES

**A PERSPECTIVA DO ESPORTE COMO ELEMENTO
RESPONSÁVEL PELO AFASTAMENTO DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES DAS DROGAS E DA CRIMINALIDADE NA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

TESE DE DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS DO DESPORTO

Orientadora: Prof.^a Doutora Ágata Cristina Marques Aranha



VILA REAL, 2013

PAULO ROBERTO MONTEIRO PERES

**A PERSPECTIVA DO ESPORTE COMO ELEMENTO
RESPONSÁVEL PELO AFASTAMENTO DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES DAS DROGAS E DA CRIMINALIDADE NA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Orientadora: Prof.^a Doutora Ágata Cristina Marques Aranha

**UTAD
Vila Real – 2013**

FICHA CATALOGRÁFICA

Peres, Paulo Roberto Monteiro.

A perspectiva do esporte como elemento responsável pelo afastamento de crianças e adolescentes das drogas e da criminalidade na cidade do Rio de Janeiro. Vila Real: [s.n], 2013.

Orientadoar: Prof.^a Doutora Ágata Cristina Marques Aranha
Dissertação (Doutoramento) Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza; Drogas; Criminalidade; Esporte.

Este trabalho foi expressamente elaborado como dissertação original para efeito de obtenção do grau de Doutor em Ciências do Desporto na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

RAONI

EM SUA HOMENAGEM, COMO PROMETIDO

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta tese foi possível, graças ao apoio desinteressado de pais ou responsáveis, crianças, adolescentes e instituições às quais recorri para fazer a pesquisa de campo e as quais tive a oportunidade de conhecer e conviver, num tempo exíguo, mas o suficiente para perceber a boa vontade com que colaboraram neste trabalho. Meus agradecimentos a todos.

Agradeço à UTAD pela oportunidade que tive de poder concluir meu doutoramento, tendo convivido com uma esfera diferenciada de conhecimentos e uma boa convivência acadêmica.

Agradecimento especial à minha orientadora, professora Ágata Cristina Marques Aranha, que me acolheu como orientando e se mostrou disponibilizada para que os avanços na confecção da tese, assim como as pertinências de ordem acadêmica fossem solucionadas. Muito obrigado professora.

ÍNDICE GERAL

FICHA CATALOGRÁFICA.....	III
AGRADECIMENTOS.....	VI
ÍNDICE GERAL	VII
ÍNDICE DE FIGURAS.....	X
RESUMO	XI
ABSTRACT.....	XII
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	8
2. O PROBLEMA.....	10
2.1. OBJETIVOS.....	12
2.1.1. OBJETIVO GERAL	12
2.1.2. OBJETIVO ESPECÍFICO.....	12
2.2. HIPÓTESE.....	13
2.3. VARIÁVEIS.....	13
3. REVISÃO DA LITERATURA	14
3.1. EDUCAÇÃO	15
3.2. FATORES ECONÔMICOS E EDUCAÇÃO	18
3.3. EDUCAÇÃO E ASCENÇÃO SOCIAL.....	21
3.4. PROBLEMA SOCIAL: ANALFABETISMO	24
3.5. AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E INGESTA.....	27
3.6. FAVELAS.....	28
3.7. UM ESBOÇO DA ESTRUTURA DO TRÁFICO DE DROGAS E POSSIBILIDADES DE ATRAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CRIMINALIDADE.....	30

3.8. RESSONÂNCIA DA CRIMINALIDADE VIA IMPRENSA.....	33
3.9. INTERVENÇÃO DO ESTADO.....	34
3.10. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.....	40
3.11. MODA, SAÚDE E BELEZA CORPORAL	41
3.12. PROJETOS DO ESTADO E DE ORGANIZAÇÕES NÃO ESTATAIS.....	46
3.13. O FUTEBOL	51
3.14. GRANDES EVENTOS: COPA DO MUNDO DA FIFA 2014 E OLIMPÍADA 2016. ESTÍMULOS À PROPAGAÇÃO DOS ESPORTES.....	56
3.15. ESPORTE E INCLUSÃO SOCIAL.....	58
3.16. EXPECTATIVA DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, COMO ELEMENTO SALVACIONISTA, CONTRA AS DROGAS E A CRIMINALIDADE.....	60
4. METODOLOGIA	62
4.1. CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	63
4.2. PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	64
4.3. INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	64
4.4. PROCEDIMENTOS	64
4.5. COLETA DE DADOS.....	65
4.6. TRATAMENTO DOS DADOS	65
4.7. NEGAÇÃO PESSOAL E INSTITUCIONAL PARA COM O QUESTIONÁRIO	65
5. DESCRIÇÃO DA PESQUISA E DISCUSSÃO	66
5.1. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	67
5.2. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	74
6. CONCLUSÃO	81
7. SUGESTÕES	84
8. REFERÊNCIAS	86
9. ANEXOS.....	94

ANEXO I – DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA
RESPONSÁVEL POR MENOS DE 18 ANOS

ANEXO III – TERMO DE ASSENTIMENTO PARA MENORES DE 7 A 11
ANOS

ANEXO IV – TERMO DE ASSENTIMENTO PARA MENORES DE 12 A 17
ANOS

ANEXO V – QUESTIONÁRIO 1

ANEXO VI – QUESTIONÁRIO 2

ANEXO VII – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico da idade	67
Figura 2 – Gráfico da escolaridade.....	68
Figura 3 – Gráfico do trabalho	68
Figura 4 – Gráfico da aspiração profissional	69
Figura 5 – Gráfico do uso de drogas	69
Figura 6 – Gráfico da prática criminosa	70
Figura 7 – Gráfico de motivos de vinculação aos projetos	70
Figura 8 – Gráfico da avaliação do projeto em que atuam	71
Figura 9 – Gráfico da importância do esporte ou da arte que desempenham..	71
Figura 10 – Gráfico das perspectivas com as atividades praticadas.....	72
Figura 11 – Gráfico do tratamento recebido das instituições, via projetos esportivos e não esportivos	72
Figura 12 – Gráfico da escolaridade quanto aos pais ou responsáveis	73
Figura 13 – Gráfico do trabalho quanto aos pais ou responsáveis.....	73
Figura 14 – Gráfico dos salários quanto aos pais ou responsáveis	74

RESUMO

O tema deste estudo incide sobre a perspectiva criada em torno do esporte, no sentido de afastar crianças e adolescentes das drogas e da criminalidade na cidade do Rio de Janeiro, onde projetos patrocinados por instituições públicas ou privadas, localizadas em favelas e sem pagamento por parte dos frequentadores, congregam milhares de pessoas de várias idades, particularmente crianças e adolescentes, para atividades esportivas e não esportivas. A metodologia do estudo incidiu no recolhimento e análise de informações via pesquisa de campo, onde foi aplicado um questionário semi-aberto a meninos de 7 a 17 anos, vinculados a instituições públicas ou privadas que oferecem atividades relacionadas a esportes, artes, música e religião, destacando os aspectos qualitativos da investigação, onde a confrontação de resultados em dois grupos: esportivo e não esportivo, foram confrontados para efeito de análise. Os resultados desta pesquisa permitiram identificar semelhança dos grupos dentre outras, quanto aos aspectos relacionados às drogas e crimes, ao tratamento recebido, assim como no reconhecimento para com as instituições. Considere-se que os grupos são similares na relação institucional, e que o bom tratamento é um item comum e pode responder pela real eficácia dos processos positivamente resultantes do afastamento das drogas e da criminalidade, ficando essas manifestações, inclusive a esportiva, como veículos onde atenção, respeito, educação, valorização do indivíduo etc, são evidenciadas, e não o esporte em si.

Palavras-chave: Pobreza; Drogas; Criminalidade; Esporte.

ABSTRACT

The theme of this study focuses over the perspective created around sport, as means to keep children and adolescents away from drugs and criminality in the city of Rio de Janeiro, where projects sponsored by public or private institutions, located in *favelas* (slums) and without payment by the participants, gather thousands of persons of various ages, particularly children and adolescents, for sportive activities, as well as non-sportive too. The methodology of the study focused on the sampling and analysis of information via field researches, where a semi-open survey was applied to boys between the age of 7 and 17, which were affiliated with public or private institutions that offered activities related to sports, arts, music and religion, highlighting the qualitative aspects of the research where the comparison of results in two groups: Sportive and non-sportive, were confronted for analyzing purposes. The results of this research permitted the identification of similarities between these groups, in which, among others, about aspects related to drugs and crimes, to the received treatment, as well as in the recognition for the institutions. We might consider so, that the groups are similar in the institutional relation, and that the good treatment is a common item, being able to answer for the real efficacy of this positively resulting processes of disconnection from drugs and criminality, staying these manifestations, including sports, as vehicles, where care, respect, education, valorization of the selfhood, etc, are evidenced, not sport by itself.

Keywords: Poverty; Drugs; Criminality; Sport.

INTRODUÇÃO

1

A PERSPECTIVA DO ESPORTE COMO ELEMENTO RESPONSÁVEL PELO
AFASTAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE DAS DROGAS E DA
CRIMINALIDADE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetiva verificar a compreensão do esporte como um elemento de caráter salvacionista, responsável pelo afastamento de crianças e adolescentes das drogas e da criminalidade. Tal compreensão, quando aceita sem a devida perspectiva crítica, dimensiona o esporte de forma isolada, sem levar em consideração outros elementos potencialmente constitutivos do processo, do qual o esporte pode ser um dos seus integrantes.

Faz-se necessário o esboço histórico, político e social apresentado, na medida em que a assimetria econômica e social da sociedade brasileira traz consigo, já que inerentes à sua formação histórica, uma distinção de classes sociais, que tem nos estágios de pobreza e miserabilidade as mazelas mais agudizadas. Em tais condições, manifesta-se o analfabetismo, a subnutrição, as mortes prematuras, e outras mazelas sociais. Dessas porções sociais advém, então, a preocupação de famílias (quando existem) com seus filhos, no tocante às drogas e à criminalidade. A esperança é de que o esporte possa afastar quem o pratica das drogas e da criminalidade. Por outro lado, a prática musical, as artes plásticas e a religião, num padrão de discurso salvacionista semelhante ao postulado pelo esporte, também advogam para si a responsabilidade pela busca de solução para o problema.

A sociedade brasileira, em sua heterogeneidade de classes e, dentro destas, seus extratos sociais, tem na pobreza o problema maior a ser solucionado. Apesar de alguns esforços governamentais para diminuir o nível de pobreza e miséria, a dimensão em que o Estado opera revela-se de forma descontrolada, em parte motivada pelo capitalismo, em sua fase neoliberal, que acarreta em sua operacionalidade não planejada no plano social a subtração das prioridades advindas da necessidade da maioria da população. O capitalismo traz ainda consigo o controle da economia por grupos empresariais estrangeiros e nacionais, que, à guisa de promover o progresso e aumentar a oferta de empregos, acaba, na verdade, favorecendo o grande capital, em detrimento das demandas sociais, mais necessárias e urgentes.

Tal quadro teve implicações mais graves, quando do golpe de Estado de 1964, que encerrou uma fase cuja perspectiva era de uma política externa independente. Em seu lugar, estabeleceu-se uma etapa cujo direcionamento vinculava a dependência dos interesses nacionais aos dos estrangeiros, prioritariamente aos dos Estados Unidos da América. Segundo Odália (1987) “O internacionalismo canhestro e de uma face dessa posição torna a subordinar os interesses especificamente brasileiros aos interesses dos EUA., mutilando e deformando o sentimento nacional” (p. 367).

Nesse período, passou a existir, no Brasil, uma predominância irreversível do setor industrial sobre a agricultura. Concomitante a esse processo, o modelo político vigente adotado, segundo Abramides, Mazzeo & Fingermann (1980): “Se baseava na fórmula – desengajamento popular do processo decisório e medidas de caráter repressivo – o que significa um regime autoritário que exclui da vida política, não só a classe trabalhadora, mas também as camadas médias e pequenos empresários” (p. 38).

O encaminhamento da política econômica sob tais parâmetros subjugou cada vez mais a economia nacional às instituições internacionais, a que historicamente o grau de dependência econômica esteve atrelado. Entre 1995 e 1998, o Brasil enviou para o exterior, como pagamento da sua dívida externa, segundo Stedile (2000): “152 bilhões de dólares em pagamento de juros, dividendos e prestações da dívida externa. Enquanto nos Estados Unidos e Europa a taxa de juros tem sido inferior a 5% ao ano, no Brasil o governo chega a pagar 50% ao ano” (p. 42). Acrescente-se a isso, uma inflação de dois dígitos, que proporcionava instabilidade constante, na medida em que o aumento expressivo dos preços não era acompanhado proporcionalmente pelo aumento salarial, gerando defasagem na taxa desse processo inflacionário na relação salário e preços, com perdas significativas principalmente para os trabalhadores de baixa renda. Informações de Dívida Externa (2000) dão conta de que em: “1999 a inflação era de 20,10% e o salário mínimo teve reajuste a partir de 03/04/00, de 5,08%. A taxa de lucro dos bancos estrangeiros no Brasil, em 1999, foi de 852% enquanto as taxas de lucro dos bancos brasileiros foram de 55%” (p. 5).

A instabilidade econômica ainda se tornou responsável pela ausência de investimentos públicos suficientes para sanar principalmente as carências relativas à saúde, educação, habitação, transporte, cultura e saneamento básico, que urgem serem atendidas.

A tutela do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, com suas exigências intervencionistas na economia nacional, acarretaram, em função das ações invasivas dessas instituições, grandes prejuízos à sociedade, na medida em que ajustava a seus interesses, as políticas públicas emanadas do governo, numa clara submissão nacional a interesses estrangeiros. Segundo Schlesinger (1994): “Não deveremos aceitar as condicionalidades impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial relativas a privatizações, liberação do comércio, desregulamentação e outras, sempre que conflitem com o interesse nacional” (p. 22).

Todavia, mesmo que tenha havido por parte do poder público, principalmente do governo federal, avanços no atendimento às famílias de baixa renda, estes ainda não contemplam as necessidades requeridas, tornando-se um desafio conduzir politicamente o projeto político a um patamar de desenvolvimento, capaz de superar as demandas históricas, que afeta substancialmente a porção mais carente da sociedade. As contradições estruturais da realidade clamam por uma atuação mais efetiva do Estado, no sentido de se alcançar esse objetivo.

Cabe ao Brasil, dentre outras iniciativas, promover a superação da condição de Estado historicamente vinculado aos interesses da classe dominante. Segundo Raichelis (1988): “O estreitamento dos vínculos da burguesia e do Estado com o capitalismo internacional exige [...] a superexploração dos trabalhadores e a exclusão de parcelas significativas das massas populares das negociações e alianças que se estabelecem” (p. 52).

O Estado conservador, controlado por esferas financeiras, necessita ser substituído por um Estado democrático, laico e inovador. Também é imperioso que se altere a condição de economia dependente e de desenvolvimento médio, na divisão internacional do trabalho, imposta pelas grandes potências econômicas. A superação dessas contradições transformar-se-á então em um

pressuposto estratégico para a obtenção de uma agenda de desenvolvimento promissor e de bem-estar social.

Atualmente, os processos de investimentos públicos estão aquém das demandas e conseqüentes carências sociais, o que provoca repercussões negativas profundas na vida de milhões de pessoas inseridas numa parcela social, cuja composição básica é de pobres, trabalhadores ou desempregados. O perfil sociológico é de uma sociedade fragmentada, no que tange à falta ou dificuldade de acesso a diversas áreas. As necessidades materiais e de serviços dessa população requerem investimento imediato, sobretudo no tocante à saúde e à educação, áreas prioritárias para constarem de uma pauta reivindicatória de caráter urgente.

Também merece muita atenção, dada a sua importância, o problema do desemprego e da abertura de postos de trabalho, desafio constante com que se depara a sociedade, face ao recrudescimento do desemprego e do trabalho informal. As oportunidades de trabalho que visam à sobrevivência ou a melhoria da qualidade de vida favorecem, em termos de ocupação que oferece remuneração, o aproveitamento de qualquer possibilidade que seja oferecida. Daí advêm as variadas ocupações em que os indivíduos, particularmente crianças e adolescentes, podem se envolver e que se materializam em vários setores da economia, quer no setor formal – mercados, lojas de ferragens, bares, etc. –, quer na esfera informal – comércio varejista, vendedores ambulantes –, composta de trabalhadores que exercem suas atividades autonomamente ou atrelados a outrem, mas sem vínculo empregatício, ou seja, sem amparo trabalhista ou previdenciário, em geral, no ramo de aparelhos eletrônicos, óculos, relógios, discos, etc.

A economia informal e mesmo a economia formal, embora esta exerça o comércio de forma legal, não necessariamente atuam com a lisura exigida por lei, visto que em termos trabalhistas e previdenciários, transgridem por não respeitar a idade mínima para o exercício do trabalho, por não respeitar a dispensa renumerada do trabalho, por motivos justificados de doenças ou acidentes, além de outras irregularidades.

Em termos salariais, o salário mínimo vinculado aos Direitos Sociais, estabelecidos pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988):

“Fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”.
(Cap.II, dos Direitos Sociais, art. 7º, Inciso iv).

Em se tratando de rendimento familiar, observa-se que, para milhares de famílias, ainda não é suficiente para que haja uma cobertura plena das necessidades. Mesmo logo após a promulgação da Constituição de 1988, já se notava o elevado número de necessidades não solucionadas, a começar pela impossibilidade do salário mínimo estabelecido nacionalmente atender às necessidades básicas. Segundo Ayala & Nadai (2006), recuperado em 29 de dezembro de 2011, de <http://www.ethos.org.br>, referindo-se ao ano de 2003: “10 milhões de brasileiros vivendo com menos de 1 dólar por dia [...] em 2002 os [...] que viviam com até ½ salário mínimo por mês, somavam 52,3 milhões. Os miseráveis, [...] que viviam com até ¼ de salário mínimo eram 24 milhões” (p. 13).

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), recuperado em 30 de janeiro de 2013, de <http://www.dieese.org.br>: “Em 2002: salário mínimo nominal R\$200,00 e salário necessário R\$1.378,19. Em 2003: salário mínimo nominal R\$240,00 e salário necessário R\$1.420,61. Em 2012: salário mínimo nominal R\$622,00 e salário necessário 2.561,47”. Os números acima são referentes ao mês de dezembro dos respectivos anos.

Diante dessa realidade, a sobrevivência de grande quantidade de pessoas que tinham pouco rendimento, dependia buscar por diversos meios, melhores salários e condições básicas de vida. Sendo essa busca, uma incerteza de conseguirem o almejado. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), recuperado em 07 de março de 2012, de <http://www.ibge.gov.br>., referente à cidade do Rio de Janeiro: “30.444 pessoas que recebem até ¼ do salário mínimo, 48.275 pessoas que recebem ¼ até ½

salário mínimo, 864.304 pessoas que recebem de $\frac{1}{2}$ até 1 salário mínimo e 1.905.849 de pessoas que não têm rendimentos”. Totalizando 2.848.872 pessoas em estado de pobreza.

A despeito das conquistas sindicais/trabalhistas advindas, a partir da primeira metade do século XX, em prol de melhores condições salariais e de trabalho, ainda é possível, no Brasil, deparar-se com trabalho escravo, ainda que oficialmente o mesmo tenha acabado em 13 de maio de 1888. Segundo órgão ligado ao governo federal, Direitos do Cidadão, recuperado em 26 de dezembro de 2012, de <http://www.brasil.gov.br>: “Na última atualização, em dezembro de 2011, constavam da lista (de exploradoras do trabalho escravo), 294 nomes, entre pessoas físicas e jurídicas [...]”. No interior, o trabalho escravo ocorre com mais frequência em fazendas e usinas. Nos grandes centros, são mais comuns casos de trabalhadores, sobretudo imigrantes, explorados em confecções. Em 2010 foram resgatadas 2.617 trabalhadores que estavam sendo explorados, de acordo com dados da Secretaria de Inspeção do Trabalho”.

Esses dados realçam a dimensão do descontrole social por parte do poder público, no que concerne à exploração de trabalhadores. Acrescente-se, ainda como extensão do trabalho escravo, o desrespeito a todos os direitos trabalhistas e previdenciários, além do analfabetismo, da ausência do direito ao lazer, dos esportes e da cultura em geral. São itens considerados legítimos e constituintes da vida de todos os indivíduos e famílias, sem distinção. Mas que pela condição de vida de milhares de pessoas, ficam alijadas de terem acesso aos mesmos.

O acesso às atividades culturais e particularmente esportivas inexistente para a grande maioria das pessoas ou é oferecido de forma restrita, em função de várias limitações, principalmente as de ordem econômica, o que inviabiliza o ingresso das pessoas de baixa renda aos locais que possam oferecer bons espetáculos e, ao mesmo tempo, cobrem um preço de ingresso compatível com o rendimento familiar. Em contrapartida, em função do baixo custo, há disponibilidade e facilidade para aquisição de cigarro, aguardente, crack e outras drogas, o que invariavelmente gera vícios até em crianças de tenra idade.

As atividades esportivas no Brasil tornam-se cada vez mais difundidas e possuem um perfil bastante diversificado. Existe o pressuposto de que o esporte pode afastar pessoas, em particular crianças e adolescentes, das drogas e da criminalidade.

Isso enfoca as atividades esportivas em si e vem acoplado à sua difusão, na medida em que via de regra, dimensiona-se o esporte como elemento desencadeador do processo de afastamento e responsável, sem acrescentar outros itens que possam ser inerentes às atividades esportivas e que consequentemente poderiam também contribuir com tal objetivo.

A julgar corretamente tal elemento preventivo, a prática esportiva seria em si um antídoto ou um elemento terapêutico comprovadamente eficaz no afastamento de crianças e adolescentes das drogas e da criminalidade, fato comprovado pela diminuição do índice de criminalidade e de uso de drogas entre os praticantes de esportes.

1.1. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Apresenta-se abaixo a estruturação do presente trabalho.

O capítulo 1 consiste numa introdução às questões socioeconômicas do Brasil, abordando o contexto no qual foi trilhada uma trajetória de avanços tecnológicos, principalmente a partir da década de 1930, mas que, em contrapartida, representou um descompasso com a necessidade não atendida de avanços sociais para a classe trabalhadora.

No capítulo 2, faz-se uma breve apresentação da pertinência do presente estudo e seu enquadramento na sociedade brasileira atual. Ainda neste capítulo apresentam-se os objetivos, as hipóteses e as variáveis pertinentes ao estudo.

No capítulo 3, revisa-se a literatura que aborda a temática em estudo.

A metodologia vem apresentada no capítulo 4. Na abordagem metodológica, foram contatadas crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos de idade, do sexo masculino. Para efeito de pesquisa, atenção especial foi direcionada para dois grupos, conforme suas atividades em seus respectivos

projetos, a saber: atividades esportivas (futebol, natação, atletismo, futsal etc.) e não esportivas (atividade artística, musical e religiosa).

No capítulo 5, apresentam-se a descrição da pesquisa através de gráficos, a análise e discussão dos resultados, a verificação dos percentuais entre os grupos pesquisados e considerações a respeito das similaridades retratadas pelas respostas aos questionários (constantes em anexo).

No capítulo 6, apresentam-se as considerações finais do estudo, evidenciando as semelhanças das respostas, entre os respondentes vinculados a atividades esportivas e não esportivas (artística, musical e religiosa), momento em que se conclui que o esporte por si só não promove o tão almejado distanciamento das drogas e da criminalidade; tal objetivo é atingido em decorrência de elementos qualitativos do tratamento dispensado aos participantes dos projetos e, principalmente, da convivência.

No capítulo 7, apresentam-se sugestões, no intuito de chamar a atenção para a necessidade de uma análise cuidadosa a respeito dos conteúdos veiculados sobre o esporte, no sentido de se evitarem distorções e, em consequência, ter-se uma perspectiva enganosa ou aquém da realidade existente, a respeito das positivities que o esporte em si pode produzir.

O PROBLEMA 2

A PERSPECTIVA DO ESPORTE COMO ELEMENTO RESPONSÁVEL PELO
AFASTAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DAS DROGAS E DA
CRIMINALIDADE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

2. O PROBLEMA

Dos problemas que acometem a sociedade moderna, as drogas e a criminalidade em suas variadas modalidades, têm merecido grande atenção, na medida em que o envolvimento de crianças e adolescentes nesses desvios sociais mostra-se cada vez mais intenso. Diante dessa realidade, diversas ações têm sido tomadas para solucionar ou diminuir essas mazelas. O esporte ou as modalidades esportivas em suas diversas gamas surge como uma das possibilidades aventadas para a solução desses problemas. A prática esportiva é bastante relevante, como elemento preventivo ou curativo contra as drogas e a criminalidade, principalmente entre crianças e adolescentes.

As iniciativas em torno do esporte como elemento salvacionista canalizam atenções superlativas, já que familiares, ex-dependentes de drogas ou ex-criminosos afirmam que, através do esporte, vícios e crimes foram erradicados, registrando o testemunho direto de quem passou por tais problemas ou de quem indiretamente sofreu suas repercussões, como a família.

É factível encontrar o testemunho de pessoas que abertamente ressaltam a importância do esporte, no processo de abandono do uso e/ou do tráfico de drogas. Essa atribuição que subjetivamente é reconhecida como responsável por tal afastamento, menciona de forma geral tão somente o esporte como responsável, não considerando no mesmo patamar outros elementos, tais como atenção, respeito, seriedade, ou organização, sem os quais a eficácia do processo estaria comprometida.

Fica então a conotação esportiva, como centralizadora das atenções pertinentes a este tipo de problema social que afeta milhares de famílias no Brasil e particularmente na cidade do Rio de Janeiro. Isso se torna ainda mais enfático, se considerarmos que a Copa do Mundo da Fédération Internationale de Football Association (FIFA) 2014 e a Olimpíada 2016 se aproximam e gradativamente os temas esportivos vêm sendo mais difundidos, inclusive com a discussão na esfera federal de governo, questão esta, tratado como preocupação de Estado.

Entretanto, apesar das enfáticas difusões do esporte, no sentido positivo do papel que lhe é atribuído, dentre eles o de contribuir socialmente como elemento preventivo contra drogas e crimes, não há mérito difundido além do esporte nesse sentido.

2.1. OBJETIVOS

Neste ponto, aborda-se o objetivo deste estudo, que aparece subdividido em duas categorias: geral e específico.

2.1.1. OBJETIVO GERAL

Permitir verificar que o afastamento das drogas e do crime, por parte de crianças e adolescentes, não é decorrente apenas dos esportes em si, mas resulta, na verdade, de uma ação complexa e simultânea, na qual o esporte pode ou não vir a ser um dos elementos integrantes.

2.1.2. OBJETIVO ESPECÍFICO

Compreender as reais motivações de crianças e adolescentes, ao se inserirem em projetos esportivos, visto haver um discurso vigente, que se ampara na responsabilidade direta do esporte como fator preponderante no afastamento dessas pessoas das drogas e da criminalidade.

Para que haja uma real clareza a respeito das motivações que levam crianças e adolescentes a se inserirem em projetos esportivos, faz-se necessário levantar os respectivos níveis de carências e identificar que elementos compõem a estrutura ou infraestrutura dos projetos voltados para a propagação de atividades esportivas.

O objetivo específico, proposto para o trabalho, é averiguar quais as perspectivas motivadoras, que deflagram a anuência de crianças e jovens pobres:

- a) à prática de esportes e/ou suas adesões a projetos sociais, cujo elemento central seja o esporte.
- b) à prática de outra atividade não esportiva e/ou suas adesões a projetos sociais, cujo elemento central não seja o esporte.

2.2. HIPÓTESE

As atividades esportivas, culturais, afetivas (amizade, família, namorado(a) e religiosas podem contribuir para uma vida saudável, livre das drogas e dos crimes, desde que determinados elementos, tais como bom tratamento, respeito, atenção, solidariedade sejam considerados.

2.3. VARIÁVEIS

Variáveis Independentes: Pobreza - Esporte - Cultura - Religião

Variáveis Dependentes:- Escolaridade - Criminalidade - Envolvimento com drogas - Objetivos de vida.

REVISÃO DA LITERATURA

3

A PERSPECTIVA DO ESPORTE COMO ELEMENTO RESPONSÁVEL PELO
AFASTAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DAS DROGAS E DA
CRIMINALIDADE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1. EDUCAÇÃO

No quesito educação, observa-se que, no Brasil, ainda são insuficientes os investimentos destinados a essa área, visto haver numerosas defasagens que necessitam ser corrigidas. Essa questão está diretamente relacionada às aplicações públicas, advindas do Orçamento, que não premiam as lacunas sociais que urge serem sanadas.

Expondo os descompassos dos investimentos públicos na educação e na saúde e, em contrapartida, o pagamento da dívida, despendidos do Produto Interno Bruto (PIB), assim se reporta Malina (2009):

“...no Brasil entre 95 e 2005, a taxa de analfabetismo de adultos (15 anos ou mais) foi de 11,4%; estão abaixo da linha da pobreza 7,5% dos habitantes com menos de 01 dólar por dia e com 21,2% com menos de 02 dólares por dia; existem ainda 7% de pessoas subnutridas. Em educação, 10,9% das despesas públicas totais foram aplicadas nessa matéria, subdividida em 41% (dos 10,9%) na educação pré-primária e primária (fundamental), 40% na educação secundária (média) e 19% na educação superior. A taxa de alfabetização bruta é de 88,4%, e entre jovens (15 a 24 anos), é de 96%, com taxa líquida de 95% de escolarização primária e 78% de escolarização secundária. Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), o setor público brasileiro despendeu 4,4% do PIB com educação entre 2002 e 2005) e 4,8% com saúde (em 2004). Já com os serviços da dívida total aumentou de forma impressionante o gasto para 7,9% do PIB em 2005, se compararmos ao ano de 1990)” (pp. 21-22)

O Estado brasileiro, tradicionalmente paternalista, exerce papel fundamental nas alterações ou inovações que ocorrem socialmente. Comumente, as demandas sociais, no entanto, não se configuram preocupações ou necessidades a serem resolvidas em caráter de urgência. Em geral, sequer figuram em pauta de prioridades. Tais demandas advêm de lutas populares decorrentes muitas vezes de anos de reivindicações, através de greves, perseguições, demissões, prisões, mortes, ou mesmo da iniciativa

dos gestores públicos ou governantes, que, ao minimizarem ou resolverem determinados problemas sociais reivindicados, emprestam a tal conduta um grau de autoimportância e preocupação pública, mantendo junto à população a tradicional concepção clientelista da dependência pessoalizada e centralizada na figura do político ou administrador público. Segundo Frigotto (1995):

“A tradição de um Estado clientelista, paternalista e autoritário, no caso brasileiro, obnubila, no presente, amplos setores progressistas e dificulta a superação de uma visão moralista e reducionista de Estado. Isto se manifesta nas perspectivas maniqueístas do contra ou a favor do Estado. O problema é de outra ordem. A possibilidade de avanço alternativo ao neoliberalismo na educação implica trazer o embate, a disputa, o conflito, no plano da esfera pública. Implica mais sujeitos coletivos com densidade analítica e organizativo-política para dar densidade ao embate” (p. 204).

Em se falando de dominação, a educação, no todo, é mantida numa condição estagnada, visto que perpetua valores considerados inquestionáveis, que, por sua vez, suprimem as possibilidades de crítica e de avanço nos conhecimentos adquiridos, mesmo que parcos, ou o seu aprofundamento.

Com relação à educação como prática de dominação, assim se refere Freire (1988): “Vem sendo objeto desta crítica, mantendo a ingenuidade dos educandos, o que pretende, em seu marco ideológico (nem sempre percebido por muitos dos que a realizam), é indoutriná-los no sentido de sua acomodação ao mundo da opressão”.

Esse tipo de conduta alija de um processo ampliado de discussão os interessados diretos, no caso os estudantes ou suas entidades representativas, ocasionando tomadas de decisões que podem não responder aos reais anseios coletivos. Segundo Pistrak (2000): “A escola sempre foi uma arma nas mãos das classes dirigentes. Mas estas não tinham nenhum interesse em revelar o caráter de classe da escola: as classes dominantes não passavam de uma minoria, subordinando a maioria a seus interesses” (p. 30).

Na questão educacional, há situações em que a própria estrutura organizacional carece de uma discussão mais adensada, o que favorece que se tomem decisões consideradas nocivas. Recentemente ocorreu, na cidade

do Rio de Janeiro, a implementação das “aprovações automáticas”. Medida vinculada ao ensino fundamental, nas escolas municipais, e advinda de resolução do Prefeito da cidade, que abandonara o sistema de avaliação seriada em 2007, adotando em seu lugar, um ciclo de três anos. Conforme o jornal Gazeta do Povo de Curitiba, recuperado em 01 de janeiro de 2013 de <http://www.gazetadopovo.com.br> publicado em 02 de janeiro de 2009 “o ponto mais polêmico foi a retirada do conceito “insuficiente” dos boletins dos alunos, que passavam a ser avaliados apenas com “muito bom”, “bom” ou “regular”. Essa sistemática foi alvo de protestos por parte de pais, alunos, sindicatos de professores e da própria população.

Quanto à eficiência e à eficácia, o processo educativo é reflexivo e constante, não devendo necessariamente ser buscado e compreendido através de metodologias subjacentes, determinadas por projetos educacionais, produzidos e tidos como eficientes em países considerados desenvolvidos. Isso pode não ser proveitoso ou suficiente, visto que situações adversas trazem consigo nuances ou particularidades próprias para um determinado tipo de tratamento, não necessariamente se ajustando a uma realidade ou a uma perspectiva diferente. Podem-se captar e aplicar valores ou metodologias externas, desde que neles se reconheçam valor científico e adequação à realidade. Entretanto, isso não deve ter a força de uma assertiva. Nada indica que o resultado positivo ou otimizado num determinado lugar, vá trazer resultados semelhantes em outro.

Há um conceito que defende a educação ou a pedagogia como sinônimo de transformação social. Em que pesem as discordâncias existentes quanto a essa premissa, é inegável que, mesmo não sendo a única, pode ser uma das partes integrantes dessa ideia; no mínimo, exerce papel importante nesse sentido. Assim se expressa Gasset (N/D, citado em Liopis): “Se a educação é a transformação de uma realidade, de acordo com certa ideia melhor que possuímos, e se a educação só pode ser de caráter social, resultará que a Pedagogia é a ciência de transformar a sociedade” (p. 25).

A expectativa expressa por Gasset pode gerar desdobramentos de ideias. O Estado, porém, ainda não estendeu os benefícios necessários para educação, como as demandas sociais requerem, deixando assim, uma porção

populacional desassistida ou assistida muitas vezes de forma precária, uma estrutura na qual os alunos, embora cursando séries seguintes à da alfabetização, ainda não dominam a escrita e a leitura como era de se esperar, assim como outros conteúdos constantes de uma grade curricular condizente com a série em que se encontram.

3.2. FATORES ECONÔMICOS E EDUCAÇÃO

Historicamente, no Brasil, a relação escola/ordem econômico-social apresenta defasagens. Assim relata Xavier (1990) “A escola brasileira dos anos 30 aos anos 60 acomodou-se progressivamente à ordem econômico-social capitalista finalmente constituída” (p. 160).

Tal acomodação, baseada na “ordem capitalista constituída”, diz respeito ao impulso econômico/industrial pelo qual passava a economia brasileira nesse período. Esse modelo econômico repercutia em vários setores da sociedade, dentre eles e um dos mais importantes, o da educação.

Após a crise mundial de 1929, deixa o Brasil de exportar seu principal produto, o café, nos moldes que até então vinha operando. Diante disso, a economia nacional sofre um déficit, gerando uma retração nas importações principalmente industriais. Em consequência, tornou-se necessário um estímulo à indústria nacional, para suprir, a princípio, as demandas do mercado interno. Sobre isso, assim se manifesta Prado (1988):

“É depois de 1930 que todo esse processo de transformação se acentua. A crise mundial desencadeada em outubro do ano anterior repercutirá gravemente no Brasil. Ao mesmo tempo não só se interrompe o afluxo regular de capitais estrangeiros que dantes normalmente alimentavam a economia do país [...]. Tudo isto determinará naturalmente um brusco e profundo desequilíbrio das contas externas do país e um déficit considerável [...]. O consumo do país sofria assim um grande desfalque, o que naturalmente estimulará a produção interna. Apesar da crise e das dificuldades de toda ordem neste momento de subversão econômica internacional, veremos crescer a produção brasileira de consumo interno, tanto agrícola como industrial. Acentua-se assim novamente o processo de nacionalização da economia do país” (pp. 291-292).

A economia, quando impulsionada e voltada para o mercado interno, oferece a possibilidade de valorização de vários setores produtivos. O fluxo monetário movimenta setores indiretos à produtividade, mas integrantes das necessidades laborais. Isso ocasiona a criação de mais postos de trabalho, principalmente no setor secundário (industrial) e terciário (serviços), ocupações essas, localizadas em centros urbanos, o que resultará numa maior procura e consequente acessibilidade a empregos.

A necessidade empregatícia irá catalisar mão de obra operária, principalmente masculina, que não requer um grau elevado de escolaridade, o que possibilita o direito a preencher muitas das vagas ociosas com indivíduos analfabetos ou com pouca escolarização. Isso pode servir de “estímulo” à interrupção ou desistência dos estudos, visto não haver absoluta exigência para isso, em grande parte das empresas que oferecem empregos. Sobre isso, assim se refere Romanelli (1978): “A expansão econômica parecia criar cada vez mais uma demanda de recursos humanos que não foram oferecidos pela escola. A defasagem [...] marginalizava parte da população, não correspondia [...] às necessidades da expansão econômica” (p. 256).

A educação pública tem alta relevância, tanto no ensino fundamental, quanto no médio e no universitário, uma vez que, historicamente, é para os educandários públicos que as famílias pobres encaminham seus filhos. Referindo-se à educação, diz Buarque (1991): “Relegada e confundida como simples instrumento de promoção de indivíduos em sua busca de ascender socialmente. Ensinando a elite a ver o Brasil com olhos de estrangeiro e a defender-se cada um egoisticamente na luta de uma sociedade não solidária” (p. 55).

Isso posto, cabe acrescentar que é importante o enfoque da educação como parte integrante de um processo vinculado à produção. Como um dos seus produtos, é uma mercadoria específica chamada “força de trabalho”, sujeita, portanto, às “leis” do mercado. Em relação a isso, assim se manifesta Enguita (1993): “A educação como parte do processo de produção da mercadoria força de trabalho. Assim nos depararemos com o fato de que a educação, na medida em que é um setor mais da produção, se vê afetada pela lógica econômica e geral do capitalismo” (p. 15).

A força de trabalho é produto da educação, mas não somente dela. Outras variantes nela interferem. Quanto ao seu integral aproveitamento social, concorre com diversos interesses da sociedade. Isso significa que não necessariamente os interesses econômicos estejam em simetria com os interesses sociais, o que acarreta desníveis, tais como o desemprego, o aumento da pobreza, a diminuição do consumo e outras variantes.

Na atual conjuntura mundial, a chamada “globalização” e as exigências trazidas pela busca de mão de obra qualificada, alargam a distância entre os indivíduos que têm maiores rendimentos e os que ganham pouco. A respeito desse assunto, assim se refere Hofmeister (2005):

“A qualificação acima da média é correspondentemente remunerada e por ela há demanda mundial. Principalmente na área da tecnologia da informação e das comunicações surgiu um novo mercado de trabalho, bastante exigente no que se refere à formação profissional. Por outro lado, essa situação faz aumentar, em condições de maior competitividade mundial, a distância entre aqueles que ganham muito e aqueles que ganham pouco” (pp. 12-13).

O poder aquisitivo é um divisor de águas, já que tem a ver com a amplitude do ensino escolar, do qual é elemento suplementar, quando exercitado fora do horário escolar. Esses patamares raramente são atingidos por crianças e adolescentes oriundos de famílias de baixa renda. Estes, em geral frequentam escolas públicas, que, mesmo na qualidade de fonte importante de conhecimento e de prática cultural, não os contempla com atividades extracurriculares, tais como o aprendizado de língua estrangeira, a possibilidade da prática de atividades físicas planejadas, assistidas e executadas regularmente, ou mesmo a inserção no universo da música instrumental, atividades comuns a crianças e adolescentes oriundas de famílias de melhor poder aquisitivo. Embora existam iniciativas do poder público no intuito de introduzir ou mesmo ampliar a prática de tais atividades, estas ainda são bastante incipientes e precárias, não atendendo, por conseguinte, as demandas que crianças e adolescentes oriundas de famílias pobres requerem.

As condições econômicas permitem que famílias com poder aquisitivo elevado, matriculem seus filhos em bons educandários particulares e pagos.

Em contrapartida, famílias de baixa renda enfrentam sérios problemas no encaminhamento e complementação dos estudos de seus filhos. Daí resulta a evasão escolar e o compartilhamento dos estudos com jornada de trabalho, por exemplo. Para Gadotti, (1990): “Com a divisão social do trabalho, aparece a necessidade de expulsão de contingentes cada vez maiores de “alunos” da escola. Essa depuração de classe dá-se, sobretudo, ao nível do primeiro grau” (p. 133).

Esse quadro remete a uma realidade vivenciada por grande parte da população pobre, cujas famílias encontram na escola pública (principalmente) um referencial que extrapola o saber. Recebem apoio logístico, na medida em que seus filhos podem estar, sob algum tipo de vigilância, sobretudo quando em horário de trabalho ou ocupação dos pais ou responsáveis. A escola também pode funcionar como amparo, quando ocorre escassez alimentar, visto que pode proporcionar a base da alimentação diária e adequada, fundamental para o desenvolvimento físico e mental de qualquer pessoa.

Na relação ensino-aprendizagem, mesmo quando alguém das recomendações ou necessidades, as aulas são mantidas e requeridas. Na maioria das vezes, deixam a desejar em termos de qualidade e ficam a desejar, em termos das expectativas que levam em conta um bom nível de aprendizado. Há necessidade, portanto, de mudanças drásticas que superem as barreiras oriundas de conteúdos curriculares mal planejados, da falta de professores, da ausência de material didático apropriado, de turmas mal estruturadas, já que com número excessivo de alunos.

Fator preponderante e ainda relacionado ao poder aquisitivo, a escolha dos pais de baixa de renda pelo educandário de seus filhos pode limitar-se, de maneira geral, à proximidade do local de moradia, de forma diferente do que acontece nas famílias de poder aquisitivo elevado, cujos filhos são matriculados no que supostamente for considerado melhor educandário, independente de sua localização.

3.3. EDUCAÇÃO E ASCENÇÃO SOCIAL

Mesmo estando presente a ideia de que é possível a um indivíduo com pouca ou nenhuma formação acadêmica ter ascensão econômica e social,

compreende-se amplamente que a necessidade de estudar é importante e necessária a qualquer pessoa. Cada vez mais a concorrência aos postos de trabalho mais bem remunerados, via concursos públicos, frequentes e numerosos, exigem níveis mais elevados de conhecimento, o que pode implicar motivação para alunos e concorrentes a completar seus cursos e/ou aperfeiçoarem-se mais em determinada área.

O conhecimento em geral, em especial o acadêmico, não é necessariamente sinônimo inequívoco de sucesso econômico. Contudo, é inegável que os estudos e particularmente a formação acadêmica podem permitir a ascensão econômica e social para as pessoas que a eles tiveram acesso.

Cada vez mais as vagas aos postos de trabalho mais bem renumerados, em nível de concurso público, assim como as vagas nas empresas privadas, exigem a conclusão de um curso universitário, o que faz aumentar em muito a procura e conseqüentemente o número de instituições de ensino superior no país. Segundo o jornal Gazeta Online, recuperado em 11 de fevereiro de 2013 de <http://www.gazetaonline.globo.com> “Concursos públicos vão abrir 80 mil vagas em 2013 no país. Editais vão atrair 10% da população ativa para seleções federais, estaduais e municipais”.

Tal quadro vai ao encontro do que em larga escala a sociedade, através das instituições, exige, e a busca para a consecução de tal exigência pode superar uma natural vontade de avançar nos estudos ou na formação acadêmica em determinadas áreas em que não haja, na lógica do mercado, oferta de emprego ou possibilidade de trabalho autônomo para os mesmos.

Contrapondo-se a essa possibilidade, está o acesso prolongado ao conhecimento, fazendo com que esse prolongamento, aperfeiçoamento ou especialização em determinada área, possa ser uma necessidade para galgar um substancial patamar econômico, de acordo com as exigências que cada vez mais a sociedade competitiva requer. Referindo-se às expectativas da sociedade, assim se manifesta Arendt (1989):

“Ao invés da ação, a sociedade espera de cada um dos seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e

variadas regras, todas elas tendentes a “normalizar” os seus membros, a fazê-los “comportarem-se”, a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada”. (p. 50).

As necessidades materiais não sanadas podem acostumar uma pessoa a suportar as vicissitudes que lhe são impostas. Contudo, as carências, em sua diversidade, também podem encaminhar o indivíduo ao embrutecimento, levando-o ao desespero ou a uma condição pessoal tão crítica capaz de fazê-lo buscar uma saída rápida para a crise que o acomete. Isso não significa que se vise a opções criminosas. Entretanto, dependendo do nível de desespero, é possível que os pruridos e as limitações de conduta desse indivíduo em conflito, comparados com outro que não apresenta semelhantes carências, possam ser muito diferentes, chegando mesmo o primeiro a sofrer graves interferências em seu comportamento e na sua saúde. Em relação a esse quadro, assim se manifesta Medina (1998):

Na medida em que somos afastados de certas leis básicas de uma saudável existência humana (alimentação adequada, moradia confortável, instrução e educação autênticas, trabalho laboral, certa dose de afetividade, solidariedade, etc.) advêm os desequilíbrios que por sua vez, provocam as mais diferentes patologias” (p. 82).

Somem-se a tais elementos, como mais um fator atrativo, as perspectivas sonhadas por pais e pelo próprio educando de eleger uma profissão que requeira a necessidade de estudo e da frequência escolar, embora incida sobre esse educando, em seu processo de continuidade escolar, a durabilidade com que os estudos terão, até constituírem-se em parte integrante de sua vivência. Para Pereira & Foracchi (1987) “Não há dúvida de que a educação modela o homem. Mas é este que determina, socialmente, a extensão das funções construtivas da educação em sua vida” (p. 420).

O papel importante que a escola pública desempenha, na sociedade e particularmente nas famílias de baixo poder aquisitivo, demonstra o grau de dependência em que milhares de pessoas se encontram, requerendo a presença do Estado para suprir defasagens que ultrapassam o simples saber e funcionam como suprimento de carências. Com efeito, vida digna a exemplo de

alimentação adequada, deve ser possibilitada a qualquer pessoa, independente de frequentar ou não uma escola.

Vivências com características análogas não atribuem caráter absoluto às situações, mas podem ser um demonstrativo do que ocorre com frequência, na sociedade brasileira, onde múltiplas ocorrências de maior ou menor magnitude acontecem, ratificando o seu perfil heterogêneo. A exemplo da evasão escolar, que incide em grande parte na classe trabalhadora, onde frente a dificuldades que devem ser ultrapassadas para que o êxito nos estudos possa existir, concorrem outros elementos. A evasão escolar, na faixa etária dos 15 aos 17 anos se deve, segundo a Fundação Getúlio Vargas, recuperado em 24 de dezembro de 2012 de <http://www.fgv.br/cps/tpemotivos/>: “40,3 % por falta de interesse; 27,1% por renda/trabalho; 10,9% falta escola e 21,7% outros motivos”.

No Rio de Janeiro, segundo esse mesmo órgão de pesquisa, há menos evasão, devido à necessidade de entrar no mercado de trabalho, do que em outras regiões do país, onde há uma menor oferta de emprego. Esse tipo de evasão, contudo, de uma forma geral, é mais frequente em famílias de baixa renda, cuja necessidade de sobrevivência, pode requerer o trabalho de todos os seus membros.

3.4. PROBLEMA SOCIAL: ANALFABETISMO

Um dos itens mais importantes dos problemas sociais é sem dúvida a questão do analfabetismo, que ainda é representativamente preocupante. Embora, nos últimos anos, o número de analfabetos tenha decaído sensivelmente, continua sendo expressivo e totaliza nacionalmente mais de 12 milhões de pessoas nessa condição. Historicamente, o analfabetismo tem sido motivo de preocupação; entretanto e paradoxalmente, ao longo dos anos, as autoridades não se mobilizaram para resolver essa chaga social. Segundo. Freire, A. (1993): “A despreocupação pela educação, nos seus aspectos quantitativos e qualitativos, é a consequência deste construir histórico que traz em seu bojo, além do desprezo pelas camadas populares [...], na vergonha da chaga do analfabetismo” (p. 237).

A cidade do Rio de Janeiro, com uma população de 6.320,446 habitantes, de acordo com o censo 2010, apresenta as seguintes taxas de analfabetismo entre 2000 e 2010, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, recuperado em 7 de março de 2012, de <http://www.ibge.gov.br>: “De 15 a 24 anos 1,1%; 25 a 59 anos 2,4% e de 60 ou mais 6,5%”.

O nível de pobreza está diretamente ligado à qualidade da educação recebida, ou mesmo ao não recebimento da educação formal-institucional, visto que a possibilidade de evasão escolar ou até o não encaminhamento das crianças em idade adequada para a escola tende a se tornar, por várias razões, mais comum. A desestruturação familiar e a criação ou vivência nas ruas são fatores importantes que contribuem para esse descaminho para a escola. Pode-se citar ainda a necessidade de trabalhar, que leva a jornadas superpostas e a uma provável desistência do estudo. Embora seja obrigação do Estado patrocinar o ensino e dever dos pais ou responsáveis manter seus filhos ou menores sob sua responsabilidade, até os 14 anos, no mínimo, frequentando a escola, não raro percebe-se descumprimento desses dispositivos. Segundo Marx (1989): “A burguesia rasgou o véu do sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-as a simples relações monetárias” (p. 24).

A escola pública no ensino fundamental e médio é gratuita. Apesar disso, a complexidade que envolve a manutenção dos filhos na escola, por parte da família, muitas vezes torna-se um óbice para que o estudo seja efetivamente concluído. Para Azevedo (2007) “Historicamente, o desrespeito à criança tem relação com as características socioeconômicas e com a condição social no contexto das relações de produção que marcaram determinados períodos” (p. 234).

O ensino de forma integral (manhã e tarde) é pouco oferecido, ainda que exista em educandários públicos e privados. Não está, contudo, à disposição de todos, o que configura uma lacuna no processo escolar, já que impede que haja para todo e qualquer aluno um tempo maior de aproveitamento na transmissão e aquisição de conhecimentos. Segundo Monteiro (N/D) “A educação democrática é a que assume a concepção mais consequente do

homem e os valores genuínos do povo e os derrama através de todos os meios de que hoje se pode dispor a comunicação humana e social” (p. 165).

Grande parte da difusão do saber é feita através das escolas públicas, caracterizadas pela admissão de um número expressivo de alunos. Esse tipo de educandário absorve um grande contingente de alunos pobres, oriundos de famílias da classe trabalhadora. São eles que requerem maior amparo estatal para complementar suas carências em matéria de saúde e educação formal.

Essas duas áreas, saúde e educação, não estão devidamente equipadas para atender a demanda e tampouco o Estado se potencializa a responder de forma real às necessidades. Há um desnível entre as duas áreas, que, em tese, devem ser complementares: a educação deve ter vinculação direta com a saúde. Se qualquer das duas não atender à demanda, a repercussão negativa na outra será imediata.

Tais conotações desniveladas entre saúde e educação constituem-se uma problemática que, historicamente, está atrelada à esfera social, em especial na parcela pobre da população ou na classe trabalhadora. O desnivelamento não ocorre nas demais porções sociais, uma vez que, quanto maior o poder aquisitivo, maiores as possibilidades de atendimento das demandas.

Essa diferença perdura, sem uma perspectiva de solução em curto prazo. A forma de atuação das escolas públicas, independente de representar uma necessidade social e responder pela matrícula de milhões de alunos, ainda está aquém dos reais interesses sociais e nacionais. Conforme Valle (1997):

“À falta de um projeto nacional que mobilize, de maneira mais maciça, a sociedade brasileira, responde Escola que é investida de seu caráter “público” apenas pelas expectativas que gera na população para a qual se dirige, mas que conserva o caráter “iluminista” – em sua acepção mais redutora – por manifestar-se como um ideal que, partindo das elites, é ‘seu’ projeto para a nação” (p. 133).

3.5. AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E INGESTA

Para muitas crianças e adolescentes, as aulas de Educação Física são ministradas em situação bastante controversa. Os pressupostos de verificação in loco das condições de saúde e ingesta dos alunos, por exemplo, não são seguidos. É sabido que a disposição para a prática de exercícios e jogos pode ficar bastante comprometida, em função de um alto nível de carência alimentar. Tais aulas podem ser consideradas contraproducentes, já que o organismo defasado por uma ingesta inadequada, sem perspectiva de reposição alimentar, torna a prática de exercícios extremamente desgastante. Segundo Peres (1998), “As aulas de Educação Física, tradicionalmente, são pautadas por resultados quantitativos, verificáveis enquanto marca, ponto, gol, tempo escore em geral” (p. 38). Bruhns (1993), por outro lado, assim se manifesta:

“Alguns autores argumentam que, mesmo carentes, as crianças brincam e jogam, apesar das suas condições precárias de vida, e da sua alimentação contribuindo tão-somente para um nível mínimo de subsistência, com toda susceptibilidade à contração de moléstias. A observação do índice de desnutrição em nosso país, bem como problemas de evasão escolar, moradia etc., conduzem a concluir sobre a situação desanimadora de nossas crianças nesse “jogo” da vida, e nas grandes dificuldades quanto à percepção do real” (p. 41).

Tal observação, pertinente à ingesta alimentar, justifica-se, no caso do Brasil, pela existência de desníveis econômicos e sociais, que não permitem ajuizar, numa perspectiva de similaridade, o universo discente que frequenta as escolas, mesmo na esfera municipal. Perde-se, portanto, a possibilidade de um referencial prévio a respeito.

Essa verificação se justifica, ainda, na medida em que o alto índice de pobreza e miséria existentes, afeta crianças e adolescentes que além de frequentarem as aulas, são submetidas à prática de exercícios físicos nas aulas de educação física. A aplicação de um trabalho físico impróprio, em termos de desgaste, a um organismo que apresenta carência nutricional, revela-se contraproducente. No caso dos alunos que não se apresentam devidamente alimentados, o ideal seria uma avaliação, a fim de que se dosasse a carga dos exercícios ou mesmo se propusesse a não recomendação

do trabalho físico, naquele momento. No âmbito da sociedade brasileira, comprovadamente heterogênea, essa informação deveria ser o marco inicial de uma sondagem da turma, feita pelos professores de educação física.

3.6. FAVELAS

Em se tratando das residências de pessoas pobres, há muita divulgação, tanto em nível nacional, quanto no exterior, dos núcleos habitacionais ou comunidades conhecidas como “favelas”.

Essas comunidades surgiram, no Rio de Janeiro, no final do século XIX e São habitadas majoritariamente por população de baixa renda. De início ocupavam os morros, mas atualmente também são encontradas em locais planos e são caracterizadas pela ausência de planejamento público e pela infraestrutura deficiente.

As favelas atualmente são uma realidade, sobretudo nas grandes cidades brasileiras, onde surgiram sem a estrutura comum a outras áreas habitacionais urbanas. O fator econômico é condicionante; os moradores dessas localidades, em geral, possuem um poder aquisitivo baixo e tal quadro está relacionado diretamente com os fatores de inclusão e exclusão social. A necessidade de moradia confronta-se com o baixo poder aquisitivo, excluindo a possibilidade de moradia em lugares considerados mais habitáveis, onde o preço de compra ou aluguel de um imóvel fica acima do que o interessado pode pagar. Tem-se, então, a gênese da favela: para muitas pessoas, é o único lugar possível para conseguir moradia.

Na maioria das vezes, a favela é constituída por casas justapostas, apresentando elevada concentração demográfica. Em relação à concentração de moradias, a quantidade é bem superior à de outras áreas. A favela também não é contemplada com estrutura mínima necessária para habitação. Segundo: Gomes, Pelegrino, Fernandes & Reginensi (2006):

“Desse modo, reconhece-se que as situações de inclusão social nas grandes cidades brasileiras podem ser constatadas em relação às situações de exclusão. Quer seja aquela associada à dimensão econômica que ocorre por meio do crescimento da informalidade, quer seja através da valorização e incremento da cultura dos

residenciais historicamente reservados às classes populares como o são as favelas e habitações “irregulares e, igualmente precárias.” (p.42).

As implicações são diversas, em face dessa realidade, que faz parte do cotidiano de vários bairros. O grau de periculosidade disseminado requer a necessidade de mais atenção e cuidado por parte dos moradores dessas áreas.

Referindo-se às peculiaridades das favelas do Rio de Janeiro e ao impacto sentido em função de determinadas ocorrências, em comparação a São Paulo, assim se pronuncia Costa (2012, 1 de dezembro):

“Apesar da recente onda de violência em São Paulo, que matou 1.157 pessoas até outubro deste ano, ter razões mais complexas e não poder ser relacionada diretamente à favelização, é inegável que, se o mesmo ocorresse no Rio, a população das zonas mais favorecidas teriam uma percepção maior do seu impacto. A questão é histórica e geográfica. No Rio as áreas de desigualdade estão próximas [...] Quando o Morro da Providência, a primeira favela do Rio surgiu em 1897, São Paulo engatinhava rumo à modernização”. (p. 51).

Os traficantes de drogas estão divididos em várias facções, confrontantes entre si, e lutam pelo domínio de favelas ou pontos de venda de drogas no Rio de Janeiro. Contudo, não são os únicos elementos de coação à população residente nesses locais. Em nome da defesa de determinada favela ou comunidade, contra os traficantes, foram criadas milícias armadas, cobrando pagamentos de comerciantes e de moradores pela “proteção”, além de também operarem irregularmente em vários outros setores comerciais, o que configura crime, na medida em que atua fora da lei.

Em ambas as situações de domínio, os moradores tornam-se reféns de um poder coercitivo, que impõe normas de conduta, com ações próprias e ilegais, ficando o Estado à margem desse processo.

Sobre a atuação de uma milícia no Rio de Janeiro, assim se refere Mendes (2012): “Além da agiotagem, a quadrilha, segundo a polícia, chefiava um esquema de alteração de combustível [...], máquina de caça-níqueis,

transporte alternativo e tinha uma rede de “gatonet” (TV por assinatura ilegal), com mais de cinco mil assinaturas” (p. 12).

A incidência de casos relativos à atuação de milícias aumentou sensivelmente, afetando um grande número de pessoas, que, sem a proteção necessária do Estado, fica à mercê dessas organizações ilegais. Diante desse quadro, o código penal incluiu o crime pela participação nas chamadas milícias, além de tornar mais pesadas as penas para os criminosos. Segundo Pierry (2012, 29 de setembro): “Prevê prisão de quatro a oito anos para quem constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupos ou esquadrão, com a finalidade de praticar qualquer crime previsto no Código Penal” (p. 24).

3.7. UM ESBOÇO DA ESTRUTURA DO TRÁFICO DE DROGAS E POSSIBILIDADES DE ATRAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CRIMINALIDADE

Paralelamente às possibilidades de sobrevivência ou de uma melhoria das condições de vida dos habitantes da favela, o milionário tráfico e comércio varejista de drogas também atua como aglutinador das atenções de muitas crianças e adolescentes, que, sem a necessidade de estudar ou de ter completado algum grau de escolaridade, podem, de forma imediata, participar dessa teia criminosa. Segundo Paiva & Burgos (2009): “De maneira geral, o imediatismo é uma característica que define a forma através da qual as crianças e adolescentes moradores de favela encaram o futuro” (p. 216). De forma rápida e imediata, através do pagamento pelos serviços prestados, resolvem seus problemas de sobrevivência ou da melhoria das próprias condições de vida e de sua família, embora isso represente um alto risco à própria vida. Essa falta de perspectiva, o desejo intenso de melhoria de vida e a proximidade com o crime podem propiciar a inserção na criminalidade, por mera opção. É importante que se frise que o atrativo pela admissão, componente do universo do tráfico de drogas, representa um fato que se configura na adesão simples e direta do postulante.

A organização criminosa do tráfico de drogas organiza-se hierarquicamente. Em geral, a inserção na criminalidade pode ocorrer

prematuramente, antes mesmo dos 10 anos de idade. A “carreira” pressupõe postos e ganhos correspondentes. Em 2011, o salário mínimo, no Brasil, era de R\$545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais), o equivalente, aproximadamente, a 236 (duzentos e trinta e seis) euros. Segundo Bastos & Hanken (2010), recuperado em 16 de junho de 2011, de <http://www.noticias.r7.com> :

“Para administrar os milhões de reais que o tráfico de drogas movimenta a cada mês no Rio de Janeiro, os criminosos tentam se estruturar como uma empresa. As quadrilhas possuem uma hierarquia de cargos, com possibilidade de ascensão, os “funcionários” trabalham em regime de plantão. E, para obter mais lucro em seus negócios, costumam adicionar substâncias ao entorpecentes. Os traficantes no entanto não vendem só drogas e diversificam cada vez mais suas atividades, explorando serviços como “gatonet” (TV a cabo clandestina) e distribuição de gás, além de abrir empresas. A organização ainda é muito rudimentar. Um exemplo disso são as anotações sobre a movimentação financeira, que normalmente são feitas à mão em cadernos ou blocos. Sem falar no fato de enterrarem parte do dinheiro.

Na estrutura hierárquica das quadrilhas há a participação de 14 diferentes agentes, dos quais oito tem ação direta, três têm cargos auxiliares e outros três são peças importantes, mas não encontradas em todas as favelas”

A base da pirâmide hierárquica dos traficantes é o menino, iniciado como “Olheiro” ou “Vigia”, que recebe de R\$100,00 a R\$150,00 por semana. Em seguida, o “Soldado” – R\$600,00 por semana –; o “Vapor” (vendedor) recebe conforme a quantidade de unidades vendidas por carga aproximadamente 550 unidades de cocaína, vendida a R\$10,00 cada uma (o que perfaz um montante de R\$5.500,00). O “funcionário” recebe R\$100,00 por uma carga total vendida; o “Endolador” é aquele que pesa e embala a droga que será vendida; recebe R\$50,00 por carga; “de Boca” é aquele que controla uma área determinada para venda. Dependendo do fluxo de venda, recebe R\$1.500,00 ou mais por semana. Os “Gerentes Gerais” controlam várias áreas e ganham conforme a venda feita sob seu controle e o “Dono”, que controla todas as áreas sob seu comando e recebe o montante advindo dos seus

subalternos. Há ainda, um quadro auxiliar, com outros afazeres e que são acionados quando se faz necessário: “Fiel”, aquele que guarda armas; “Portadora”, mulheres que fazem contato com membros da mesma facção do tráfico, que estão presos; “Tias”, mulheres de confiança mais velhas ou aparentadas dos presos, que guardam dinheiro do tráfico; “Químico”, presente em poucos lugares e somente utilizado para o refino da cocaína; “Armeiro”, aquele que tem aptidão técnica para o trato com armas – são militares ou ex-militares, sendo muito requeridos para este posto; “Açougueiro” (presente em poucas comunidades), aquele que esquarteja corpos humanos queimando, jogando em riachos ou dando os restos mortais aos porcos; “Matuto”, aquele que transporta grande quantidade de drogas de uma comunidade a outra ou vai à fronteira do Brasil com Paraguai, Bolívia, Peru e Colômbia, buscar drogas. No início de 2011, no morro de São Carlos, bairro Estácio, Rio de Janeiro, estavam contabilizados 324 funcionários do tráfico, havendo uma despesa de R\$51.000,00 por semana”.

Esse elenco hierárquico, de caráter apelativo para ganhar dinheiro de forma erroneamente considerada fácil, sem a necessidade de um diploma ou certificado de estudos, envolvendo crianças e adolescentes em idade escolar, na verdade é um diferencial, se comparado com outras crianças, que independente da condição social, não ganham tais somas em tão tenra idade, no âmbito da normalidade laboral.

Pela legislação, crianças e adolescentes, quando se envolvem com o crime, recebem penas legais menores, se comparadas com adultos. Esse fato gera expectativa entre os traficantes, de terem a seu serviço, menores de 18 anos. Segundo Moura (2012, 23 de março): “ Crianças e adolescentes estão sendo obrigados por traficantes a transportar armas e drogas para dentro dos complexos do Alemão e da Penha” (p. 14).

Sustentado ilegalmente pelo domínio da força, o aliciamento de menores e adolescentes pelos traficantes acarreta um crescente aumento do número de mortes, em função da forma de atuação e do envolvimento direto desses menores com a criminalidade. Esse domínio procura se expandir, através de “filiais” ou extensões de grupos criminosos dominantes, atingindo cidades próximas, no estado do Rio de Janeiro, o que contribui para que se torne

alarmante as estatísticas referentes ao percentual de mortes de crianças e adolescentes.

Dados comparativos de 2009 para 2010, relativos a homicídios, em municípios fluminenses, segundo Telles (2012): “Barra Mansa; de 0,39% para 2,72%; Itaguaí: de 2,61% para 6,36%; Mesquita: de 2,80% para 4,57%; Belford Roxo: de 2,41% para 4,70%; Duque de Caxias; de 4,21% para 6,35%; Itaboraí: de 1,33% para 4,38%; Niterói; de 2,10% para 5,78%” (p. 12). Existe ainda a projeção de que, até 2016, 37 mil crianças e adolescentes estarão mortas, em função do engajamento ao tráfico de drogas.

Ressalte-se aqui o aumento da taxa de homicídios em diversas localidades próximas à cidade do Rio de Janeiro e a projeção feita para 2016: dezenas de milhares de crianças e adolescentes serão assassinadas. Tal quadro remete a uma análise das estatísticas relativas ao crime organizado, à luz da realidade vigente e vivida por essas crianças e adolescentes que assassinam e são assassinadas.

3.8. RESSONÂNCIA DA CRIMINALIDADE VIA IMPRENSA

A mídia desempenha um papel ressoante, no que se refere à divulgação de fatos e dados relativos à criminalidade, principalmente nas grandes cidades e particularmente no Rio de Janeiro. As notícias relativas a esse tema, em geral, não têm o caráter aprofundado que se espera de um veículo de comunicação, quando da busca das origens dos fatos criminosos ou mesmo na constatação da veracidade dos fatos que efetivamente existem. Trata-se de um problema não solucionado nas grandes cidades do Brasil, incluindo o Rio de Janeiro. O sensacionalismo é parte integrante dos noticiários com suas respectivas e populares adesões.

Os altos índices de criminalidade tornou-se uma triste marca pela qual é conhecida a cidade do Rio de Janeiro, tida como um lugar onde impera a violência e a insegurança. Segundo dados do Instituto de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro, recuperado em 25 de fevereiro de 2013, de <http://www.isp.rj.gov.br>, são os seguintes os dados relativos à criminalidade na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2012:

“Homicídio doloso: 1.209; lesão corporal seguida de morte:15; latrocínio: 53; tentativa de homicídio : 1.571; lesão corporal dolosa: 36.520; estupro : 2.005; encontro de cadáver :149; roubo em estabelecimento comercial: 2.337; roubo em residência: 523; roubo de veículo : 10.905; roubo de carga : 1823; roubo a transeunte : 26.257; roubo em transporte coletivo :2.663. Vítimas de crimes no trânsito – homicídio culposo: 687; lesão corporal culposa : 22.612.

Atividade Policial – apreensão de drogas: 3.933; armas apreendidas: 2.290; apreensão de crianças e de adolescentes: 1.597. Pessoas desaparecidas : 2.488. Policiais militares mortos em serviço: 8; policiais civis mortos em serviço :1”.

Os núcleos habitacionais ou favelas, localizados em morros ou em área periférica, com índices de pobreza elevados, também se vinculam às drogas e aos crimes. Esse contexto traz a ilação de que são nesses locais que nascem, moram e se refugiam os criminosos, responsáveis pela insegurança. Tal quadro gera um estigma territorial, que não leva em consideração a população trabalhadora que mora nesses locais e não tem qualquer ligação com a criminalidade, ficando, na verdade, à mercê dos criminosos e sofrendo as restrições que as normas do crime impõem.

3.9. INTERVENÇÃO DO ESTADO

A topografia do Rio de Janeiro, cidade cercada por muitos morros, favorece a manutenção de favelas por longo período de tempo; algumas já existem há mais de 100 anos. No entorno, núcleos urbanos se desenvolvem ou a própria favela se expande. É possível ver favelas nos morros da área central da cidade do Rio de Janeiro, diferentemente da cidade de São Paulo que tem uma vasta área plana, que, por vários motivos, propicia o deslocamento das favelas cada vez mais para a periferia. Esse fenômeno paulistano ocorre, em grande parte, em função da especulação imobiliária, auxiliada pelo favorecimento do poder público, com beneficiamentos e adequação em vários setores, que outrora (quando no local havia favela) não existiam, como água, esgoto, iluminação, calçamento, pavimentação etc.. Fenômeno idêntico ocorre em várias outras metrópoles. Segundo Davis (2006):

“O Estado intervém regularmente em nome do progresso, embelezamento e até da justiça social para os pobres, para redesenhar as fronteiras espaciais em prol de proprietários de terrenos, investidores estrangeiros, a elite com suas casas próprias” (p. 105).

O quadro vigente pode remeter de forma direta à necessidade do Estado de encaminhar subsídios suficientes para que o panorama da cidade deixe de ser negativo, no que diz respeito à segurança. Tal aspiração redundou numa nova postura do governo do Estado do Rio de Janeiro, que investiu nesse sentido, a partir de 2008. Através da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro, foi criado o projeto Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), visando à instalação de unidades policiais comunitárias nas favelas, principalmente as da capital (Rio de Janeiro), com o objetivo de desarticular quadrilhas que dominavam esses territórios.

Embora, no início, essas UPPs tenham sofrido críticas por terem sido instaladas na zona sul da cidade, onde é maior o poder aquisitivo dos moradores dos locais adjacentes a essas favelas. Questionava-se, por conseguinte, a redução da criminalidade nesses bairros mais ricos, em detrimento dos bairros pobres e mais violentos. Entretanto, gradativamente o número de UPPs foi aumentando, em diversas regiões da cidade, inclusive nas favelas e bairros mais violentos do que aqueles situados na Zonal Sul da cidade. Até o ano de 2012, segundo dados da Unidade de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro, acesso em 14 de janeiro de 2013, de <http://www.upprj.com> : “30 UPPs instaladas; 207 territórios retomados pelo Estado; 8.014 policiais com treinamento de polícia de proximidade, sendo de 9.428.878m² a extensão total das áreas ocupadas pelas UPPs; até 2014, chegaremos a 40 UPPs”.

Essas ocupações policiais tiveram vários desdobramentos, à proporção que os territórios outrora dominados pelos criminosos começaram a ser controlados pela polícia. Tal estratégia teve como consequência, por exemplo, um processo de esfacelamento da forma ostensiva com que os grupos armados demonstravam seu poderio, feita através do porte deliberado de armamentos em vias públicas ou mesmo através da “decretação” do fechamento do comércio em várias localidades, ou ainda o impedimento do direito de ir e vir de moradores, além do controle de vários tipos de comércio.

Sobre o combate policial às modalidades comerciais exploradas por esses grupos, Martins (2011, 4 de novembro), assim se refere o subchefe de Polícia Civil, Pouca: “Uma delegacia vai combater os canais clandestinos de TV e internet, outra vai fiscalizar estabelecimentos com alimentos vencidos, outra vai ver a questão da pirataria e assim por diante” (p. 5).

No setor imobiliário, as mudanças também foram sentidas, na medida em que o preço das moradias, tanto para aluguel quanto para venda, aumentaram nesses locais e nos bairros adjacentes, segundo Bianco (2013, 31 de janeiro): “Alta nos aluguéis leva moradores a se mudar para barracos sem infraestrutura [...]”

Alugava uma casa por menos de R\$200,00. Saí quando passou para R\$600,00. A saída foi morar num cubículo que não tem banheiro nem luz. Mal dá para ficar em pé” (p.10). Este foi o depoimento de moradora da favela Dona Marta depois de ocupada pela UPP.

Até as ocupações das UPPs ocorrerem, os riscos eram maiores e constantes em função dos confrontos dos traficantes com a polícia, nas proximidades das favelas, ou do confronto entre grupos criminosos rivais, pelo controle e ocupação de determinado espaço, tido como valioso para a comercialização de drogas ou armas. Isso acarretava transtornos nas vias públicas, tais como trânsito congestionado, interrupção da prestação de serviços, como coleta de lixo, entrega de gás etc., além das chamadas “balas perdidas” (projéteis de armas de fogo que atormentavam a população, já que provocavam ferimentos em muitas pessoas, muitas vezes mesmo causando mortes).

Nas áreas ocupadas pelas UPPs, a situação, para os moradores locais, melhorou sensivelmente, o mesmo acontecendo para os habitantes de bairros próximos. Isso acarretou valorização imobiliária: os imóveis antes tidos como “moradias com riscos”, passaram à condição de moradia em lugar pacificado, tendo inclusive a constante presença policial nas imediações. Segundo o Laboratório de Análise de Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, recuperado em 11 de outubro de 2012, de <http://www.lav.uerj.br> : “a razão de policiais militares por habitante, que é de 2,3 por 1000 habitantes no

Estado do Rio de Janeiro, passa para 18 por 1000 no conjunto das primeiras 13 UPPs [...] representa uma queda de 60 mortes por 100.000 habitantes”.

A interferência em favelas mais divulgada pelo Estado ocorreu na localidade conhecida como “Complexo do Alemão” (composta por 13 favelas com aproximadamente 150 mil pessoas), com o apoio direto das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica), da Força Nacional de Segurança Pública, além de contingentes da Polícia Civil, Militar e Federal, do Corpo de Bombeiros e da Guarda Municipal.

Todas essas forças agiram em conjunto, em novembro de 2010, com transmissão ao vivo pela televisão para várias partes do mundo. A ocupação constituiu-se uma verdadeira ação militar, configurada até mesmo através da própria linguagem utilizada pelos meios de comunicação. Segundo Arbex Jr.(2011, janeiro), os termos mais utilizados nessa cobertura jornalística foram: “ocupar o território”, “expulsar o inimigo”, “extirpar o mal” (p.24). Após esse enfrentamento e a invasão do complexo, foram mantidos no local vários contingentes militares. A partir daí deu-se início à implantação de diferentes ações sociais.

A ocupação do Complexo do Alemão foi a de maior monta. Em outros locais menores, isso já havia sido feito, o que ensejou várias mudanças, tais como a erradicação do porte de armamentos, em público, pelos criminosos, o fim dos frequentes tiroteios entre grupos de traficantes rivais ou a disputa pelo controle territorial. Essas ações, de alguma maneira, vão dando à sociedade e à comunidade internacional uma ideia de que existe a preocupação das autoridades com o problema da violência na cidade, assim como a intenção de trazer melhorias, em nível social, aos habitantes desses locais e da cidade como um todo.

Os procedimentos implementados pelo Estado, em comunidades ou favelas, na cidade do Rio de Janeiro, interferindo diretamente nesses espaços com a instalação e efetivação de UPPs, serve como modelo que será implantado no exterior, onde situações análogas acontecem.

Segundo Cunha (2012, 12 de dezembro): “Inaugurada ontem a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) em comunidade do país caribenho, com 180 policiais e os mesmos moldes das UPPs cariocas. O projeto é fruto de convênio firmado entre o governo do Panamá e a Polícia Militar do Rio” (p. 3).

A realização, no Brasil, de dois eventos esportivos importantes – a “Copa do Mundo FIFA-2014” e a “Olimpíada-2016” – tem preocupado bastante os governantes brasileiros, em nível municipal, estadual e federal. Isso deve ao fato de as duas competições terem o Rio de Janeiro como uma das capitais que sediarão diversas modalidades esportivas. Com relação aos dois eventos, as autoridades mobilizam-se para evitar que se passe uma imagem negativa da cidade e do país como um todo, visto que os olhos da mídia internacional estarão voltados para a capital fluminense. Ao Rio, chegarão torcedores de outros estados e estrangeiros, delegações estrangeiras e, com alguma certeza, chefes de Estado. Esforçam-se, pois, as autoridades para elaborar diferentes estratégias de manutenção da ordem e da segurança.

Tal preocupação deriva do fato de algumas favelas localizarem-se próximas dos locais onde serão realizadas as competições. No caso da Copa do Mundo, tem-se o estádio do Maracanã como palco de grandes jogos. Ocorre que, no entorno desse estádio localiza-se o morro da Mangueira, local famoso por sua Escola de Samba, vencedora de vários carnavais, que há muito se tornou uma atração turística, já que é bastante comum a presença de turistas nacionais e estrangeiros, para simples visitação ou para assistir aos ensaios da escola. O morro da Mangueira, contudo, abriga também uma facção criminosa ligada ao tráfico de drogas sobre a qual as autoridades não têm ainda poder efetivo sobre a criminalidade em uma área tão próxima a um local importante, onde será realizado um maiores eventos esportivos do mundo. Nos dizeres de Siza (2011, 20 de junho), “Com a tomada do morro da Mangueira, a Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro fecha o anel ou perímetro de segurança desenhado em torno do Est  dio do Maracanã” (p. 12).

Ao longo dos anos, as ações do Estado, voltadas quase que exclusivamente para as intervenções policiais, mostraram-se inconsequentes e inócuas. Na década de 50, quando o então Presidente da República, Juscelino

Kubitschek, foi questionado a respeito do fato de o Rio de Janeiro, à época capital federal, ser comparada à Chicago da época dos *gangsters*, respondeu, segundo Souza (2008) que: “faria uma reunião com o Ministro da Justiça e com o Chefe de Polícia, para tratar do assunto, “aparelhando” a polícia” (p. 7). Note-se que o Presidente não trabalhou com a possibilidade de ações sociais estarem contidas em seu projeto de resolver o problema. Assim também vem ocorrendo com os gestores públicos atuais, que sempre apresentam soluções paliativas para acabar com a violência e a insegurança no Rio de Janeiro. Na verdade, a essência desses problemas não era enfrentada em sentido amplo, visando à sua erradicação. Preocupavam-se os governantes tão somente em combater sua fase última, através das ações policiais, tipificadas como “combate à criminalidade”. A ideia de que um problema social, com raízes na criminalidade, não é solucionado somente através de ação policial não era incorporada. Na atualidade, o procedimento policial como solução ainda vigora, embora se verifiquem, paralelamente a isso, algumas ações sociais.

Constatou-se que o uso apenas de ações policiais não surtia os efeitos necessários no sentido de coibir a criminalidade, uma vez que com a retirada dos policiais dos locais em conflito, após suas intervenções, dava margem a que voltassem a ocorrer os acontecimentos violentos, ligados à dominação territorial e ao controle efetivo do local por traficantes de drogas armados. Além disso, principalmente a população adolescente desses locais, sofre um efeito catalisador, diante do elemento aliciante da criminalidade ou dos traficantes de drogas, na medida em que na ausência de perspectivas futuras e a vivência em estado de grande carência econômica e social, passam a ter no tráfico de drogas uma perspectiva de suprir suas necessidades e as de seus familiares. Encontram a comprovação efetiva desse pseudo bem-estar, ao verem seus colegas, amigos e vizinhos que aderiram ao crime, vestindo boas roupas, calçando bons tênis, tendo dinheiro à disposição etc.. Tal situação induz à ideia de poder ou influência, visto haver locais onde meninos, na faixa dos dez, doze anos de idade, portam pistolas e fuzis, controlando logradouros públicos, com efetiva possibilidade de decisão sobre o direito das pessoas de ir ou vir. Esse forte chamativo rapidamente induz muitas crianças e adolescentes a optarem

por esse tipo de vida, em detrimento do estudo ou de uma perspectiva profissional lícita.

Esse quadro ocorre no Brasil e se aprofunda nas grandes metrópoles, onde a pobreza e a miséria estão presentes em seus mais elevados estágios. Mesmo em locais onde as UPPs foram implantadas, a comercialização de drogas não foi erradicada totalmente e o aliciamento de crianças e adolescentes tem aumentado. Segundo Magalhães (2013, 4 de fevereiro): “Na Mangueira, de 100 capturados, 40 eram menores. Na Cidade de Deus, número é de 80% [...]. Em todo o estado, subiu para 50% o percentual de adolescentes apreendidos entre janeiro e novembro do ano passado” (p. 3). São dados que realçam a gravidade de um problema há muito tempo existente e sem a perspectiva de uma real solução para sua erradicação em curto prazo.

3.10. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Diante da situação de carências sociais, em seus vários desdobramentos, faz-se necessário ressaltar a postura do governo federal, em relação à pobreza de uma parcela significativa da população.

A dimensão do baixo poder aquisitivo de milhares de famílias, possibilita numerosos tipos de carências, mesmo existindo atualmente um certo empenho por parte do governo federal, em distribuir renda a aproximadamente 16 milhões de pessoas. Esse tipo de estratégia, todavia, não atende às reais necessidades de um amplo contingente populacional.

Em se tratando desse auxílio governamental, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, recuperado em 14 de dezembro de 2012, de <http://www.mds.gov.br/brasilsem Miseria>, “Concedido a famílias com renda *per capita* igual ou inferior a R\$70 [...] R\$32 a crianças de zero a quinze anos, gestantes ou nutrizes, limitado a cinco benefícios por família [...] a jovens de 16 e 17 anos de R\$38, limitado a dois jovens por família”. Há, por conseguinte, uma distribuição mínima de R\$32,00 e máxima de R\$232,00, permitindo-se o benefício a no máximo 7 pessoas de cada família contemplada com o auxílio financeiro.

Ainda restam, segundo indicadores publicados em O Dia (2013, 20 de fevereiro): “700.000 é o número de famílias, ou 2,52 milhões de pessoas, não identificadas ou não cadastradas nos programas sociais e que ainda vivem em situação de miséria, conforme estimativas do governo federal” (p. 20)

Essa medida governamental, mesmo que de caráter paliativo, é um grande auxílio, em diversas partes do país, contribuindo para a manutenção de famílias muito pobres ou miseráveis, amenizando suas carências, embora longe esteja de vir a ser a solução dos problemas econômicos e sociais da população de baixa renda.

3.11. MODA, SAÚDE E BELEZA CORPORAL

O extremo grau de carência econômica não faz com que as pessoas deixem de cuidar da aparência e do corpo, num processo de valorização da estética.

Tais considerações são elementos importantes na análise das questões envolvendo miséria e carência, visto que o apelo estético pode ser despertado ainda na adolescência, e, havendo condições propícias, em termos de possibilidade econômica e social, pode ocorrer o uso da sofisticação das academias de musculação ou mesmo a atuação como protagonista em atividades físicas, de forma lúdica, em conjunto ou solitariamente, em sua forma recreativa ou competitiva, mas tendo em evidência o corpo na busca da perfeição estética.

A consecução dos objetivos almejados depende de vários fatores, que irão contribuir para sua eficácia. A “oportunidade” é uma variante importante, já que sua ocorrência dependerá da disponibilidade de elementos materiais e humanos, capazes de abrir caminho para o praticante. Na maioria das vezes, tudo depende de projetos gratuitos, públicos ou privados. O fator econômico propicia aos mais abastados o direito de escolha, visto que o leque de opções que lhes é oferecido é bastante diversificado, não só com relação às modalidades esportivas, mas também naquilo que diz respeito a horários e dias disponíveis para a frequência às atividades.

O fator econômico também é de suma importância, dado que repercute socialmente no que concerne à efetivação de atividades físicas que visam promover a saúde e o aprimoramento estético. Por certo, não são as únicas formas de se atingir tais objetivos. No tocante ao aprimoramento estético, por exemplo, a questão é de caráter subjetivo. O postulante pode-se valer de cirurgias plásticas, dietas, anabolizantes, hipertrofia muscular e muitos outros procedimentos, todos eles, entretanto, dependentes da condição econômica do interessado.

O habitante do Rio de Janeiro é bastante privilegiado, no tocante à prática de atividades físicas ou modalidades esportivas. A cidade, por sua topografia – cercada de montanhas, um vastíssimo litoral e ainda uma lagoa de tamanho considerável – oferece inúmeras possibilidades para a prática de exercícios físicos e esportes, de forma contínua, sobretudo por pessoas de poder aquisitivo elevado ou estável. A tradição futebolística – a cidade possui quatro grandes clubes do futebol brasileiro – revela-se na prática de diferentes modalidades de futebol, quer seja em campos e em quadras, ou até mesmo na praia. Por outro lado, o Voleibol, esporte também bastante difundido, é praticado tanto nas quadras – em agremiações específicas, ou na praia. Dessa profusão de atividades proporcionadas por uma natureza bastante propícia ao esporte e ao lazer surgem o Futebol de Praia, o Futevôlei, o Futebol Americano de Praia, o Vôlei de Praia, Corridas, Ciclismo, simples caminhadas e outros.

A condição de cidade eminentemente turística do Rio de Janeiro, local de inúmeras praias, frequentadas inclusive por celebridades, evidenciou o culto ao corpo com pouca indumentária, uma forma de realçar a plasticidade e estimular, a prática da modelagem, quer por aqueles que frequentam as praias, quer por aqueles que simplesmente optam por usar o corpo menos coberto por roupa, durante o verão.

O nível de interesse do indivíduo no culto ao corpo é diretamente proporcional ao seu poder aquisitivo, tanto no que diz respeito a “estar na moda”, em termos de vestuário, quanto na manutenção da saúde e beleza física.

O ideário de beleza requerido a um corpo plasticamente adequado ao que é considerado “padrão” de beleza exige o investimento em diferentes

procedimentos, tais como bronzamento da pele, tatuagens, musculatura saliente para os homens e harmonia de formas para as mulheres. Estas, sobretudo, ainda se utilizam de um arsenal de manobras estéticas, como as cirurgias de redução do abdômen, a lipoaspiração, próteses mamárias e de correção facial e outros recursos voltados para atingir o “padrão” exigido socialmente. Com relação aos homens, é muito comum entre eles o uso de anabolizantes e outras medidas tidas como ferramentas para atingir a estética desejada. Segundo Thomé (2010), recuperado em 16 de agosto de 2012 de <http://www.estadao.com.br> : “No Brasil foram realizadas 1,05 milhão de cirurgias plásticas em 2009: 253.302 lipoaspirações; 172.615 implantes de silicone; 128.066 blefaroplastias; 93.114 rinoplastia; 76.595 abdominoplastias e 64.090 reduções de mama”. Esses dados estão vinculados a numerosas situações que evidenciam a supervalorização do corpo e a estética padronizada. Com relação às atividades individualizadas, assim se refere Carvalho (1995): “as mudanças tecnológicas, a indústria cultural e a da beleza, a ideia do consumo e a política de mercado deram conta de jogar para o indivíduo a responsabilidade pela qualidade de vida, pelo bem-estar, mediante a “manutenção” desse “objeto” (p. 50).

No entanto, é bom que se frise que alguns desses procedimentos estéticos citados são realizados atendendo a correções orgânicas necessárias, independente de beleza ou estética. Cabe ressaltar, por fim, que todos esses procedimentos de correção estética de nada valerão, se não estiverem associados a uma alimentação adequada e à prática de exercícios físicos.

Esses dois fatores, no entanto, em geral, não estão disponíveis para a classe trabalhadora, que se alimenta mal, visto que comumente come fora de casa, ingerindo uma comida não balanceada, que não apresenta cardápio variado e nutritivo e qualidade recomendada para uma ingestão diária adequada. Essa parcela da população fica alijada desse processo de valorização da saúde, visto que é obrigada a adequar a alimentação aos seus rendimentos. No que diz respeito à prática de atividades físicas, a classe trabalhadora também se vê excluída, devido ao tempo exíguo de que dispõe para uma prática saudável.

O tema saúde é bastante abordado em duas situações singulares: a necessidade de cura de um indivíduo e a busca por um corpo saudável ou a sua manutenção. No que tange à necessidade curativa, a imprensa divulga com regularidade as ausências de atendimento médico, a falta de ambulatórios, a falta de leitos hospitalares e outras carências do sistema de saúde, causando impacto negativo nessa área. Esse é o quadro que se apresenta no cotidiano da parcela pobre da população, vítima, com mais frequência, desses fatores negativos, a exemplo do que ocorreu no Rio de Janeiro e foi publicação do jornal O Dia (2012, 26 de dezembro) “Por falta de médico, menina que levou tiro na cabeça, espera oito horas por cirurgia no Natal” (p. 10).

Esse tipo de notícia, em termos de publicidade, repercute negativamente, em se tratando de saúde pública. É a falta da medicina de cunho curativo que preocupa e se faz sentir junto à população e a cujo atendimento, milhares de pessoas pobres recorrem.

Entretanto, cada vez mais se valoriza a promoção da saúde, quando associada à prevenção de doenças e à estética. Nesse aspecto, surgem a Educação Física e as práticas esportivas em geral como o melhor caminho para se adquirir “hábitos saudáveis que devem ser seguidos.”. Na Zona Sul da cidade, principalmente, onde se situam praias famosas e a população de um modo geral possui poder aquisitivo mais elevado do que em outras regiões da cidade, existe uma grande quantidade de academias de ginástica, musculação, dança e ainda ciclovia e outros locais propícios para a prática de atividades físicas. Além disso, essas atividades já fazem parte do cotidiano do morador dessa região que tem à sua disposição amplo espaço para praticar esportes na praia, tais como, voleibol, futebol, corrida, *surf*, frescobol, peteca e outras atividades esportivas. Acrescentem-se ainda as manifestações coletivas, realizadas geralmente aos domingos, reunindo milhares de pessoas em práticas de caminhada e “corrida de rua”. Tais manifestações coletivas, normalmente, não são gratuitas.

De todas essas práticas citadas e da própria Educação Física advém o conceito de saúde comumente conhecido como “preventiva” e sobre o qual assim se pronunciou Mendes (2007): “O conceito de saúde, numa perspectiva

existencial, poderá contribuir para que a Educação Física possa ampliar a relação entre saúde e estética da vida bela, atenta às necessidades e desejos de cada corpo e de quem convive conosco na sociedade” (p. 130).

Tal conceituação direciona a Educação Física para uma condição superlativa que transcende a mera execução de movimentos , exercícios ou participação em jogos. Adquire, na verdade, um novo *status*, já que passa a ser valorizada e requerida por dois elementos inerentes às pessoas: saúde e beleza. Isso configura uma condição que deve, no entanto, ser relativizada, na medida em que vários componentes contribuem como aportes à manutenção dessa prática e que devem ser levados em consideração, tais como tempo livre, disponibilidade de meios, domínio e condições para execução.

Esses componentes são de caráter individual, principalmente no que se refere aos indivíduos que têm baixa renda e se submetem a jornadas extensas de trabalho. Considere-se aqui um período de 10 a 12 horas trabalhadas diariamente, mais 2 ou 3 horas de transporte, mais horário de refeições e outros afazeres diários. Considere-se também a possibilidade de o indivíduo executar um trabalho estafante. O problema torna-se ainda mais grave no caso das mulheres. Em geral, por conta de uma cultura machista, haverá a possibilidade da chamada “dupla jornada de trabalho”, ou seja, as mulheres cumprem a jornada de trabalho e, ao chegarem em casa, incumbem-se de uma nova jornada: preparam alimentos para a família, lavam e passam roupa, limpam a casa e ainda atendem às necessidades dos filhos e do cônjuge. À grande maioria dos homens não é atribuído esse tipo de trabalho suplementar.

Ademais, há que se considerar o possível grau de dificuldade, em função da distância, para se chegar aos locais em que se realizam atividades esportivas. Nesse sentido, referindo-se ao Brasil, assim discorre Manhães (1986): “Das aspirações mais primárias de nossa massa populacional, como a moradia, a educação, a saúde ou o trabalho, embora legitimados em leis, não foram ainda conquistadas na prática pela maioria. Muito menos o acesso à prática de esportes” (p. 16).

Diante disso, o tempo restante de uma jornada de trabalho poderá requerer descanso e não uma sobrecarga de trabalho físico, que poderá ser nociva a um organismo cansado. O indivíduo de alto poder aquisitivo, porém,

tem mais condições de executar diariamente e de forma constante uma atividade física. Em geral, não necessita de longas e estafantes jornadas de trabalho físico, tem melhores condições de transporte e, portanto está apto a suportar uma atividade física diária e contínua, dependendo de sua vontade e das suas condições orgânicas.

A prática de atividades físicas regulares fica, então, sujeita a implicações de ordem econômico-social. Pode-se, contudo, constatar que pessoas submetidas a condições desfavoráveis, como as citadas acima, conseguem desenvolver atividades físicas diárias e constantes, chegando a colher bons resultados na esfera da competitividade. Retrata isso, o exemplo de Ivanildo Dias, que trabalha como coletor de lixo e foi o 25º colocado, pelo terceiro ano consecutivo, na tradicional corrida de São Silvestre em São Paulo. O atleta assim se manifestou, segundo o jornal *online* Gazeta Esportiva, recuperado em 15 de janeiro de 2013 de [Http://www.gazetaesportiva.net](http://www.gazetaesportiva.net): “Percorro 18 km por noite [...], ajuda por que preciso deste volume [...] e atrapalha por que descanso pouco, afinal corro pelo trabalho à noite e de manhã pelo treino. E nos dias de prova, cumpro minha jornada [...] e vou direto para a corrida, sem dormir”.

Embora seja um vitorioso, Ivanildo, entretanto, não pode servir como parâmetro. Sabe-se que sua individualidade biológica leva a uma resposta física e, de um modo geral, orgânica que lhe é estritamente peculiar. A despeito, contudo, de conseguir bons resultados quantitativos nas competições de que participa, deve-se levar em conta que não é feita nenhuma análise qualitativa, em termos orgânicos, que aprecie até que ponto sua saúde está sendo afetada pelo desgaste provocado pelo volume de treinamento a que está submetido.

3.12. PROJETOS DO ESTADO E DE ORGANIZAÇÕES NÃO ESTATAIS

A precária situação social, advinda de uma crise econômica de que padecem milhares de famílias, remete a uma preocupação parcial do Estado e de organizações privadas. Recentemente algumas destas, difundidas e reconhecidas, na condição de unidade, como Organização Não Governamental (ONG) ou de Organização da Sociedade Civil de Interêsse Público (OSCIP),

criam projetos para uma numerosa quantidade de crianças e adolescentes em favelas ou locais periféricos, tendo o esporte como um dos seus vetores mais importantes.

Esses projetos colocam crianças e adolescentes, diante de situações inusitadas em suas vidas, na medida em que uma série de elementos novos ou pouco usados, passam a representar uma realidade que lhes é interessante vivenciar, ao mesmo tempo que lhes proporciona bem-estar, quando participam de tais projetos. A natureza desse processo tem um caráter próprio, na medida em que a vivência desses jovens, evidencia um grau de elevada carência em várias áreas, tais como saúde, alimentação, educação, respeito, perspectiva de vida etc. Tais projetos, no entanto, podem contemplar essas crianças e adolescentes, mesmo que de forma parcial.

Uma análise criteriosa deve avaliar o grau de exigência que alguns desses projetos apresentam, quanto ao rendimento físico desportivo. Segundo Kuns (2009):

“Os movimentos realizados nas modalidades, esportivas mais praticadas em nosso meio, inclusive por não atletas, como voleibol, basquete, handebol, atletismo, futebol, natação e outras práticas e que são as práticas hegemônicas na Educação Física escolar, têm adquirido um nível de exigência do praticante, extremamente alto” (p. 82).

Conclui-se o direcionamento de uma atividade para esporte competitivo associa diretamente a ênfase dada à competição, ditada pelo projeto, e a busca por uma vida melhor, por parte do praticante.

As aulas de Educação Física nas escolas, principalmente as que se situam na periferia da cidade, onde reside a população desfavorecida e onde se localizam “bolsões” de pobreza, oferecem também o futebol de forma atrativa, com frequência estimulando os alunos a mostrarem seus dotes atléticos, durante as aulas. Tais momentos são bastante fugazes, tendo em vista o exíguo tempo de duração de uma aula – 50 minutos –, compartilhada por muitos alunos, com periodicidade máxima de duas vezes por semana. Em consequência, o futebol torna-se uma atividade frustrante. Mais ainda, quando se sabe que, na maioria das vezes, as outras atividades oferecidas, durante

este tipo de aula, não despertam tanto interesse. No dizer de Marinho (2010) “um dos maiores obstáculos à implantação de uma autêntica Educação Física nas escolas, encontramos na especialização prematura” (p. 89). É o seguinte o quadro vigente: 1 – Ambiente tecnicista. 2 – Tentativa de ensinar o que o professor faz melhor. Neste caso, evidencia-se aquilo com que o professor mais se identifica, em termos esportivos, e não as possibilidades variadas de atividades, que deixam de ser apresentadas aos alunos.

Vários fatores são responsáveis pela preferência pelo futebol, no âmbito das aulas de Educação Física nas escolas. Em primeiro lugar, porque certamente representa uma preferência do professor, em geral, amante do esporte. Também contribui para essa escolha a exiguidade do material didático colocado à disposição do professor. O jogo com bola, mais especificamente o futebol, é de fácil adequação às circunstâncias de carência de material esportivo e é jogado sem que se atente aos pressupostos o regramento oficial. Adaptam-se facilmente o espaço, as traves, o número de participantes e a bola, elemento fundamental. Diferente de outros esportes, para que se jogue futebol, a bola não necessariamente precisa estar inflada; pode estar murcha e ser confeccionada, de forma improvisada, com diferentes materiais: papel, pano, plástico, ou qualquer outro tipo de material, que, enrolado de forma esférica, possibilitam o jogo.

Seguindo à risca os padrões da sociedade capitalista, na qual a competitividade é a tônica, as aulas de Educação Física e, por extensão, os esportes como um todo, assentam-se no modelo erigido pela concorrência capitalista. A conduta dos professores de Educação Física segue esse padrão. Segundo Marinho (2010): “devemos desenvolver a competitividade em nossos alunos. O argumento justificativo é que a sociedade é competitiva, logo devemos educar o nosso aluno para que ele se prepare para a competitividade social” (p. 74).

Em que pesem as oportunidades de iniciação esportiva ou futebolística oferecidas nesses projetos a esses jovens, somente alguns poucos poderão ser agraciados com resultantes positivas de seus intentos, mediante testes em clubes, locais em que a concorrência normalmente é muito grande e as oportunidades efetivas de demonstração de habilidades são prejudicadas pelos

numerosos entraves comuns a períodos de teste. Tais entraves vão desde uma jogada brusca, que pode causar uma lesão a um jogador e dele tirar a possibilidade de seguir no jogo, até a falta de oportunidade de tocar na bola, em função das jogadas ficarem distantes do seu posicionamento. Considere-se que, quanto mais curta a duração do teste, menor a chance de o testado ser bem analisado. Deve-se levar em conta também que das centenas de clubes de futebol no Brasil, a ampla maioria tem suas atividades restritas a alguns meses, o que torna seus jogadores desempregados na maior parte do ano, ou então postulantes a novos afazeres ou profissões. Esse quadro contribui para cercear as aspirações de tais jovens, caso tenham suas carreiras iniciadas em clubes dessa natureza.

As entidades privadas, as ONGs e o Estado, em suas esferas municipal, estadual ou federal, ao proporcionarem possibilidades efetivas da prática esportiva, de modo organizado, metódico e constante, estarão contribuindo para a prática das atividades físicas propostas e, concomitante a isso, colaborando para uma forma diferenciada de tratamento às crianças e jovens, egressos de uma vida pobre ou miserável. Constitui-se uma oportunidade real de estabelecer uma relação concreta com situações que deveriam ser normais a todos, tais como atenção, respeito, cumprimento de horários, certeza da palavra cumprida, reconhecimento através do nome (e não do apelido). A partir daí, a possibilidade de se criar um ambiente favorável a uma boa convivência, abrindo perspectivas de vida, mesmo que apenas através da esperança de uma forma de vida melhor. Esse elenco de posturas comportamentais também pode criar ou aumentar a confiança nos professores ou responsáveis por tais atitudes, gerando vínculos afetivos, por meio da relação e da empatia surgidas, tendendo a surtir efeitos positivos na condução das ações propostas.

As iniciativas de tais entidades, objetivando afastar crianças e jovens das drogas e dos crimes, mesmo tendo eficiência no método aplicado e eficácia quanto aos resultados constatados, merecem uma análise, no sentido de verificar se efetivamente são as atividades esportivas, particularmente o futebol, que causam esse afastamento. Sem tirar o mérito que tais projetos merecem, é importante que também se reconheçam outras iniciativas, com

semelhantes objetivos e que da mesma forma trazem consigo, inerentes a seus respectivos esforços, resultados semelhantes, sem que haja o concurso dos esportes. São os casos dos projetos sociais, culturais, que incidem sobre artes plásticas, teatro, música, informática e outros setores que promovem o enriquecimento cultural.

Existem ainda outras instituições, como as de cunho religioso, que operam nesse sentido, colhendo resultados positivos. Segundo Mendonça (2011), recuperado em 15 de outubro de 2012, de <http://www.gazetaonline.globo.com> : “Jovens usam a fé para enfrentar o *crak* nas ruas [...] eles fazem parte de diversas religiões [...] cerca de 20 pessoas já saíram das ruas com a ajuda do grupo”.

Os resultados mencionados por instituições que investem no afastamento de indivíduos das drogas procuram atestar a eficácia dos projetos e demonstrar que ela é derivada de um interesse consensual, da instituição em si e do indivíduo usuário que, por vontade própria e por vários motivos, permitiu que o afastamento se realizasse; neste caso, através da fé.

Ao referir-se à política de inclusão social centrada em crianças e adolescentes excluídas, diz Freitas (2009): “Sobre as políticas públicas de inclusão social de crianças e adolescentes, não diz onde serão incluídas (certamente no mercado para serem exploradas como força de trabalho barata), nem por que se encontram excluídas e nem quem as excluiu” (p. 157).

Em relação aos casos acima citados, pode-se falar em dois elementos catalisadores dessas crianças e adolescentes: a integração e o sonho ou a perspectiva de uma vida melhor. Num primeiro momento, busca-se a integração, proporcionada pelos atrativos oferecidos pelas instituições, que se inicia pelo despertar de simples curiosidade, passando pela participação em atividades lúdicas, pela sensação de segurança física, pelo respeito advindo do tratamento formal, pela oferta de alimentação, mesmo que a quantidade e a qualidade deixem a desejar.

O vínculo com as instituições, com o passar do tempo, torna-se mais forte, em função da garantia da continuidade dos projetos, o que certamente catalisa a confiança do público-alvo. Tal vínculo só se manterá, se houver a

prática constante, no que diz respeito às propostas e ao tratamento oferecidos, com destaque para a necessidade de ser proporcionado um ambiente propício e a manutenção do nível de confiança nas pessoas responsáveis pelos projetos ou, de algum modo, ligadas à instituição. Em consequência, assegura-se a credibilidade dos projetos, quase sempre amplamente divulgada pelas instituições, através da imprensa. Tal quadro de respeitabilidade repercute na própria população e particularmente nas famílias dessas crianças e adolescentes, já que, por estarem diretamente envolvidas por laços afetivos, são capazes de melhor perceber a mudança de hábitos e de atitudes de seus filhos, a partir do ingresso em um desses projetos.

A consecução dos objetivos de tais iniciativas seguramente recebe o reconhecimento do público em geral. Entretanto, se houver dúvida quanto à sua eficácia, ou mesmo quanto a não correspondência entre a eficiência e os objetivos traçados, a credibilidade decairá..

Podem passar despercebidos do público em geral nesse processo, os itens atenção, respeito, cumprimento de horários e empenho no cumprimento de compromissos assumidos, etc., ficando na ausência desses fatores, somente o esporte como destaque e no qual a fundamentação é considerada eficaz.

3.13. O FUTEBOL

No Brasil, de uma maneira geral, apreciam-se quase todas as modalidades esportivas, com amplo destaque para o futebol, considerado a preferência nacional. Em nível profissional, contudo, a estrutura que envolve esse esporte, na maioria das cidades, inexistente ou ainda é incipiente e bastante precária. Isso ocorre porque grande parte dos clubes profissionais de pequeno e médio porte apenas sazonalmente participa de competições das divisões estaduais. Por sua vez, a mídia também concorre para o agravamento desse quadro, já que sempre dá maior destaque para as competições em nível nacional, para os grandes clubes e para os atletas que neles atuam.

No que diz respeito à frequência aos estádios, percebe-se que, principalmente nas grandes cidades, o público presente aos jogos diminuiu sensivelmente, em função de diferentes fatores. Um deles aponta para o

horário em que os jogos são realizados. Vários jogos do Campeonato Brasileiro de 2012, por exemplo, tiveram início mais para o final da noite. Segundo a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), recuperado em 17 de fevereiro de 2013, de <http://www.cbf.com.br>: “Campeonato brasileiro série A 2012: 19/07/2012, 21:50h Flamengo x Corinthians; 09/08/2012, 21:50 Botafogo x Palmeiras; 29/08/2012, 22:00h Fluminense x Corinthians; 10/10/2012, 22:00 h Vasco x São Paulo”.

Torna-se difícil ou inviável portanto, a frequência aos eventos futebolísticos, considerando-se a grande distância que separa a maioria dos bairros dos estádios.

O quadro se agrava ainda mais, quando se percebe que não há a mínima infraestrutura para reverter essa situação. Para assistir a um jogo que tem início às 22 horas, o torcedor tem que se preparar para uma verdadeira batalha. Sabe, por exemplo, que vai enfrentar longo período de espera por ônibus ou trens superlotados – tanto no trajeto de ida quanto na volta dos estádios –, situação que afeta, sobretudo, a população trabalhadora e pobre, que, em geral, mora em lugares mais afastados das regiões em que se localizam os estádios e que, na manhã seguinte, cedo terá que sair para o trabalho.

Outro problema que afeta a população de baixa renda é o preço dos ingressos. Segundo Informes do Clube de Regatas do Vasco da Gama, acessado em 5 de outubro de 2012, de <http://www.netvasco.com.br> :”O Brasileirão 2012 registrou aumento no valor dos ingressos em comparação com os jogos da temporada 2011. O tíquete médio subiu de 21,39 reais para 24,40 reais – 14% a mais, bem acima da inflação oficial [...] diminuição de 11% de público”.

Esses dois fatores, horário noturno avançado e aumento do preço dos ingressos, repercutem na diminuição de público nos estádios e podem levar a uma transferência da proximidade com o futebol, da visualização direta e presencial do jogo no estádio, para uma visualização indireta e não presencial, através da televisão, quando os jogos são transmitidos pelos canais “abertos” ou para aqueles que são assinantes de assinatura de “fechados”.

Todos esses inconvenientes acabam por dificultar ou mesmo inviabilizar a frequência aos estádios de uma porção considerável de torcedores.

No Brasil, o futebol está intrinsecamente ligado à cultura popular, muitas vezes tornando imperceptíveis as diferenças de classes, as relações de dominação ou de exploração, sendo estas sublimadas pela identificação clubística, que perdura com fidelidade na vida das pessoas. Esse processo de sentimento e identidade clubísticos pode estimular, ainda na fase infantil, a vontade de ser jogador de futebol. Essa dimensão de identidade e sonho torna-se parte do cotidiano de milhares de crianças.

O futebol é também um tema centralizador de conversas, leituras de jornais, programas radiofônicos e televisivos, principalmente entre o público masculino, o que contribui para a constante divulgação desse esporte. Além disso, o futebol ainda é explorado politicamente, já que muitos políticos almejam uma identificação com os entusiásticos torcedores/eleitores, através do abrangente potencial esportivo/cultural do futebol. Segundo Alves (2006): “O entusiasmo pelo futebol produz claros dividendos políticos Não é por acidente que muitos políticos sejam, ao mesmo tempo, patrocinadores de times de futebol. Eles sabem que os torcedores votam primeiro no time e em segundo lugar no partido” (p. 67).

A relevância social atribuída ao futebol é fator preponderante na expectativa de milhares de jovens de serem protagonistas do espetáculo futebolístico. Some-se a isso o fato de a cultura relacionada ao futebol ainda representar passatempo e diversão para milhares de crianças e adolescentes. Para muitas delas constitui-se objetivo de vida, objeto de transformação, elemento capaz de proporcionar ascensão econômica e social, via contratação por grandes clubes brasileiros ou estrangeiros, a exemplo de renomados jogadores ou “ídolos”, como são comumente chamados pela imprensa. No dizer de Bracht (2003) “Os ídolos são construídos com uma linguagem que subverte o mundo racional, na medida em que divulga elementos míticos” (p.119). Tal assertiva é corroborada por vários exemplos de jogadores do futebol brasileiro, que serviram e ainda servem inclusive de motivação para milhares de crianças e adolescentes, advindos de situações sociais análogas às deles. Tais jogadores foram reconhecidos internacionalmente, o que lhes

possibilitou ascensão econômica e social. Pode-se falar aqui em Pelé, Romário, Rivaldo, Ronaldo, Ronaldinho, Adriano, Robinho e outros, oriundos de famílias pobres, que tiveram na prática do futebol uma constante em suas vidas, fato que lhes deu a oportunidade de assinar vultosos contratos profissionais, possibilitando a consolidação de uma situação econômica bastante confortável. Esses casos funcionam como um êmbolo na perspectiva de milhares de crianças e adolescentes, visto que, no entendimento de muitas, a única e real possibilidade de sair da vida em que se encontram, pode estar no aproveitamento de suas destrezas e habilidades futebolísticas. E para isso, a exemplo dos jogadores citados, quase sempre é necessária a postergação dos estudos ou da aquisição de uma formação profissional.

Para as famílias detentoras de poder aquisitivo que possibilite a seus filhos a prática esportiva, o quadro é mais favorável. Existem clubes e instituições que mantêm as popularmente conhecidas “escolinhas”, onde, mediante pagamento de mensalidades, crianças e jovens são introduzidos em uma modalidade esportiva, sob a orientação de um técnico ou professor responsável. Existem “escolinhas” de voleibol, basquetebol, natação e, sobretudo, de futebol, cuja principal tarefa, segundo Marinho (2011), é a de “despertar o interesse dos alunos pela prática esportiva” (p. 123). A “escolinha” pode também representar um prolongamento ou uma qualificação para o que já foi despertado de forma assistemática ou sem observância mínima a regras e táticas esportivas. Nesse caso, o professor ou técnico é a pessoa responsável por suprir as defasagens, de forma constante, metódica e organizada.

O futebol, quando considerado item primordial, se comparado com a plêiade de outras modalidades esportivas, comumente para o público masculino, torna-se o elemento motriz, cuja responsabilidade avocada por um projeto é indispensável para o êxito previsto.

O estereótipo “menino pobre que se tornou rico através do futebol” perdura e em grande parte é ratificado pela mídia, que divulga com frequência a vida pregressa de jogadores de futebol – algumas delas recheadas de dificuldades e carências –, e o salto quantitativo (financeira e materialmente) e qualitativo, em termos de mudança de vida, que deram, a partir do momento

em que foram reconhecidos e requeridos por grandes clubes. Nessa condição, alguns deles tornam-se milionários. Essa ascensão está em conformidade com o modelo propagado pelo capitalismo, que pressupõe, quando as condições de mérito estiverem presentes. É o que salienta Betti (1991):

“A sociedade capitalista estrutura-se numa hierarquia cuja ideologia dominante é a promoção social, a possibilidade aparente de escalar a pirâmide até o topo. A hierarquia tende a converter-se numa forma pura, aparentemente aberta a todos pelo critério da capacidade individual, mas na realidade oculta a real desigualdade entre os indivíduos. O esporte é a consagração objetiva da hierarquia, o esportista é imediatamente classificado pelo seu valor, estabelecendo o resultado esportivo uma hierarquia visível e indiscutível” (p. 50).

A ascensão econômica e social funciona como fator de estímulo e ratifica a ideia de “ser possível que um menino pobre possa ser milionário em um curto tempo, tão somente por jogar bem futebol”. E é principalmente esse o elemento que subjetivamente pode nutrir a vontade de milhares de meninos a persistirem no entusiasmo de atingir seu respectivo objetivo, tido como o mais valioso e o mais esperado.

A busca por salários cada vez mais elevados por parte de atletas, quando se encontram no auge da carreira, pode ser explicada pelo próprio sistema sócio-econômico no qual o esporte profissional está inserido. A valorização, em termos superlativos, daqueles que propiciam às pessoas lhes darem grande atenção, pode dimensionar o alcance que têm ou influência que exercem, não somente no campo esportivo, mas também emprestando sua condição atlética e consequente popularidade, quando buscados por empresas para promover seus produtos ou serviços no mercado, através da propaganda. Segundo Pereira (1988) “Por um lado existe toda uma estrutura e sistema que procuram valorizar e justificar a idolatria e o sucesso individual, explicando sob a ótica desportiva profissional, o “darwinismo social”, isto é, a “sobrevivência do mais forte no mercado atlético” (p. 245).

Concomitantemente a tais práticas, também se encontra presente, estimulada pela promoção através da mídia, a expectativa de uma profissão

que não requer que se completem os estudos ou mesmo que se tenha algum tipo de estudo, para poder se tornar um bom profissional, um jogador de futebol de sucesso. Essa ideia em si, pode em parte explicar o grande empenho de muitas crianças e adolescentes em jogar futebol, em detrimento de frequentar uma escola.

A insidiosa presença da imprensa, alardeando diariamente as vantagens que o futebol oferece aos jogadores dos grandes clubes, sem dar grande destaque às frustrações passíveis de ocorrer, pode funcionar como catalisador de um sonho coletivo, já que família inteira do postulante a jogador de futebol, participa do processo. A mídia pouco se refere às formas injustas, desiguais e excludentes como são encaminhados ou escolhidos esses futuros profissionais, dentre um enorme quantitativo de postulantes. Não se destaca o fato de que, na realidade, um grande número de jovens que pleiteia essa carreira, não está habilitado a se tornar jogador profissional de grandes clubes. Não se difunde que a ampla maioria dos pretendentes a tal profissão é preterida. E o são, não pela ausência de qualidades, mas em grande parte, pela falta de reais oportunidades.

3.14. GRANDES EVENTOS: COPA DO MUNDO DA FIFA 2014 E OLIMPIÁDA 2016. ESTÍMULOS À PROPAGAÇÃO DOS ESPORTES

Os grandes projetos protagonizados pelo Brasil, no que concerne ao esporte, principalmente no Rio de Janeiro, que sediará até 2016, os maiores eventos esportivos do mundo, tiveram início em 2007, com os Jogos Pan-Americanos e se estenderam em 2011, com os Jogos Mundiais Militares. Daí em diante, tem-se, em 2013, a Copa das Confederações; em 2014, a Copa do Mundo de Futebol e, em 2016, a Olimpíada e Paralimpíada.

Eventos de tal monta funcionam como um vetor propagandístico, uma ferramenta dispersora da imagem do país e, por essa razão, fazem-se necessários grandes projetos de engenharia e uma logística voltada para a segurança da população, dos atletas e de todas as pessoas envolvidas, de algum modo, nessas competições. Portanto, há que se estabelecer uma infraestrutura sólida, para que tudo funcione a contento.

Durante a realização desses eventos os olhos do mundo estarão voltados para o Brasil. Haverá a exposição do país como um todo, em especial das cidades que sediarão determinadas competições. A mídia internacional se encarregará de disseminar os aspectos positivos ou negativos, enfatizando sobremaneira o que interessa, sob o ponto de vista turístico. Internamente, as autoridades governamentais possivelmente irão se esforçar para difundir e convencer a opinião pública, a respeito das vantagens advindas das construções feitas e dos melhoramentos decorrentes desses grandes eventos esportivos, dando suporte e ênfase ao discurso de que a sociedade irá se beneficiar com a aquisição de novos ou remodelados bens públicos ou privados, além de salientarem os ganhos sociais como fator absolutamente positivo de grande abrangência e significado.

É certo que as obras em execução, visando à Copa do Mundo de Futebol ou à Olimpíada, propiciam empregos para milhares de trabalhadores na construção civil, para edificarem ou remodelarem estádios, aeroportos, rodovias, malha ferroviária e outros melhoramentos constantes do projeto. Segundo Abraão (2011 - setembro), “Cerca de R\$11,5 bilhões serão destinados a projetos de melhoria de infraestrutura viária e de transporte público...” (p. 8). Contudo, grande parte de tais empreendimentos, podem estar há muito sendo demandados, em função das necessidades existentes nesses setores, independente da realização desses grandes eventos esportivos. Atente-se também para o fato de que tais empreendimentos podem não contemplar o interesse público, principalmente dos mais necessitados, caso sejam utilizadas edificações advindas do erário, de maneira afastada das reais necessidades sociais, como no caso das Vilas Olímpicas.

A construção de tais Vilas deve estar atrelada a um projeto habitacional que priorize a porção populacional que mais necessite de moradias. Só assim elas se transformarão em reais benefícios sociais. A possibilidade de um investimento imobiliário, que esteja aliado à organização do evento para gerar lucro, semelhante a outros empreendimentos regulares que ocorrem comumente, deve ser rejeitada. Todo o planejamento deve seguir uma pauta de prioridades, na qual a porção social da população menos assistida seja considerada prioritária, na obtenção dos benefícios diretos resultantes dos

investimentos. Em relação a esse ponto, assim se manifesta Mascarenhas, Bienenstein & Sánchez (2011):

“[...] a verificação da confluência de interesses entre dois campos emergentes no cenário neoliberal contemporâneo: a nova economia do esporte e o novo paradigma de planejamento e gestão das cidades. Por um lado, tal confluência resulta em profunda mudança na organização das competições olímpicas, tornadas megaeventos de ampla projeção midiática e de crucial envolvimento do setor privado e, portanto, com capacidade crescente de impacto urbanístico. Por outro, resulta na incorporação do esporte (enquanto campo portador de sentidos e significados) na veiculação de uma imagem positiva da cidade que organiza tais eventos: imagem de cidade competitiva, disciplinada, saudável, vigorosa e empreendedora, pronta para competir com êxito, no atual contexto de “guerra dos lugares”, pela atração de investimentos privados” (p. 36-37).

As obras de engenharia ou os melhoramentos em transportes, aeroportos etc., que já se mostravam necessários, independente da pauta relativa aos eventos esportivos, devem ser concluídas. Por outro lado, as benfeitorias ou edificações que demandem gastos públicos, após os eventos, não poderão ser repassados o setor privado, já que este não terá sido responsável pelas verbas gastas; caso contrário, constituir-se-á um real despropósito do erário em detrimento dos gastos com saúde, educação, habitação, reforma agrária, por exemplo, que não estão agendados com similar montante aplicado nos eventos esportivos. Ademais, as obras advindas dos investimentos públicos que forem privatizadas, poderão alijar a porção pobre da população, da qualidade de receptora dos benefícios culturais e esportivos, provenientes desses projetos.

3.15. ESPORTE E INCLUSÃO SOCIAL

São frequentes as atividades físicas realizadas de forma continua, na cidade do Rio de Janeiro, com incidência maior, a partir da década de 1980, quando a conotação de massificação do esporte, passa a merecer um maior enfoque, por parte da mídia. Esse apelo esportivo tem um componente inclusivo, que diz respeito não diretamente à produção de atletas profissionais

ou campeões, mas sim ao objetivo de incentivar a participação e inserção das pessoas em caminhadas, passeios ciclísticos e corridas de rua, dimensionando com isso o nível de importância existente em projetos esportivos, direcionados à população adulta e também a crianças e adolescentes.

Além do conceito de esporte como desencadeador de diversos tipos de interação de cunho pessoal, institucional, regional e internacional, várias outras associações podem ser aplicadas ao esporte, como elemento componente da identidade nacional; no caso do Brasil, o futebol, primordialmente, em função do alto nível de preferência.

Segundo o ex-ministro do esporte, Orlando Silva, as dimensões norteadoras do trabalho do ministério quanto ao esporte, são assim explicadas, Silva (2010, maio-junho): “Há duas dimensões que orientam o nosso trabalho. A primeira, do esporte como direito social – orientada tanto para a inclusão social como para o alto rendimento e a alta performance – uma outra, sobretudo econômica, tem a atividade esportiva como vetor de indução do desenvolvimento do país” (p. 9).

Ainda segundo o ex-ministro, ao se referir ao período pós 2002, (2010, maio-junho): “o projeto Esporte Solidário alcançava 50 mil jovens. Atualmente o projeto Segundo Tempo alcança um milhão de crianças e jovens em todo o Brasil” (p. 9). Esses dados demonstram, em termos quantitativos, a abrangência dos projetos federais, vinculados ao esporte, e o seu direcionamento para crianças e jovens.

A forma de atuação e a intencionalidade, embora passíveis de crítica, induzem à prática de uma ou mais modalidades esportivas. Ressalte-se que a ação, quando associada à intenção legítima, leva a resultados positivos, tais como a sublimação da agressividade, a transformação de indivíduos em “super-homens” ou “ídolos”, ou mesmo a possibilidade de ascensão econômico-social. Entretanto, as chances reais para que uma dessas possibilidades aconteça dependem de várias situações favoráveis e de fatores intervenientes, que podem servir tanto para impulsionar, como também para negar o intento.

3.16. EXPECTATIVA DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, COMO ELEMENTO SALVACIONISTA, CONTRA AS DROGAS E A CRIMINALIDADE

A busca por uma vida melhor para muitas pessoas que vivem na pobreza ou na miséria, residentes em locais de conflitos frequentes ou de domínio de grupos armados e com influência do tráfico de drogas e/ou de outros crimes, encontra no grande número de projetos direcionados a crianças e adolescentes, uma forma de encaminhar ou manter esses jovens vinculados a uma instituição. Nesse sentido, como tais projetos incidem numa grande quantidade de modalidades esportivas, estas são muitas vezes vistas como elementos redentores, salvacionistas ou restauradores da saúde e da própria vida social dos jovens. É possível que as instituições que abrigam esses projetos esportivos, tenham alguma segurança ou controle.

Credita-se às atividades esportivas, o afastamento do uso de drogas ou da prática de crimes, por serem estes elementos antagônicos ou por não se coadunarem com a prática esportiva. Podem também ser um elemento importante na busca de ascensão econômica e social.

Os noticiários, as redes sociais e os meios de comunicação em geral, frequentemente veiculam que o esporte, em suas mais variadas modalidades, afasta as pessoas e em particular crianças e adolescentes, das drogas e da criminalidade. Nesse sentido assim se expressam alguns veículos de informação, a saber: Sistema

Brasileiro de Televisão (SBT), acesso em 15 de setembro de 2012 de <http://www.sbt.com.br> : “Projeto com esporte afasta jovens carentes das drogas” ; Jornal Folha da Região, recuperado em 12 de outubro de 2012 de <http://www.folhadaregiao.com.br> : “[...] não enxergam que o esporte é medicina preventiva da melhor qualidade que torna as pessoas saudáveis, esvazia hospitais e unidades de saúde, tira crianças das drogas e forma cidadão”; Agência Brasil – Empresa Brasil de Comunicação, recuperado em 28 de dezembro de 2012 de <http://www.correionago.com.br> : “Usain Bolt defende, no Rio, esporte e educação para afastar jovens das drogas [...] disse hoje que o esporte aliado à educação, tem a força necessária para evitar que crianças e jovens entrem para o mundo das drogas”; Terra Networks Brasil S.A, recuperado em 30 de janeiro de 2013, de <http://www.terra.com.br> : “Do futebol

ao surfe: projeto quer tirar estudantes da mira do crime [...] o objetivo final é bem mais ousado: fazer com que o esporte tire essas pessoas da mira do crime e das drogas”; Agência Brasil – Empresa Brasil de Comunicação, recuperado em 18 de janeiro de 2013 de <http://agenciabrasil.ebc.com.br> Confederação Brasileira de Futebol (CBF) vai [...] dar uma contribuição ao combate às drogas [...] para a realização do 7º Fórum Nacional Antidrogas, cujo tema é “Esporte Como Ferramenta na Prevenção ao Consumo de Drogas”.

A credibilidade popular, em torno do discurso impregnado de benefícios que o esporte é capaz de propiciar, gera uma expectativa positiva de apoio e adesão.

METODOLOGIA

4

A PERSPECTIVA DO ESPORTE COMO ELEMENTO RESPONSÁVEL PELO
AFASTAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DAS DROGAS E DA
CRIMINALIDADE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

4. METODOLOGIA

4.1. CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Para a realização do presente estudo, o universo da pesquisa circunscreve-se a crianças e adolescentes de sete a dezessete anos, do sexo masculino, vinculadas a entidades que patrocinam projetos esportivos e culturais, sem ônus para os participantes.

Esta pesquisa, de ordem qualitativa, verificou *in loco*, a pertinência da vinculação esportiva ou cultural, no grau de aceitação e qualificação via questionários, na medida em que se apoiará nos aspectos qualitativos das instituições, na relação com seus participantes. O *feed back* da atuação dessas instituições, trará a cognição daquilo que as diferenciarão de outras e seus resultados serão a referência maior dos objetivos atingidos. Segundo Triviños (1994): “O enfoque histórico-estrutural [...] empregando o método dialético, é capaz de assimilar as causas e as consequências dos problemas [...] e realizar através da ação um processo de transformação da realidade que interessa” (p. 125).

A relevância deste trabalho requer um levantamento de dados, que, após analisados e sintetizados, sirvam de suporte a conclusões que corroborem um discurso densamente difundido para a sociedade, notoriamente através da mídia, em que se apregoa o esporte como elemento salvacionista, quando se enfocam muitas questões de ordem profilática ou terapêutica, além de poder ser ferramenta responsável pelo afastamento de muitos indivíduos das drogas e da criminalidade. Em verdade, essa difusão vem sendo apresentada sem comprovações efetivas de que realmente seja o esporte, o elemento em si responsável, pelos comportamentos modificados naqueles que se integraram a um projeto esportivo. Fatores de outra ordem, tais como o econômico e o social, não são considerados nos dados apresentados. Logo, trata-se de informação incompleta que não preenche os elementos necessários para que se tire uma conclusão definitiva, quanto à eficácia dos objetivos propostos, nem quanto aos resultados alcançados.

4.2. PARTICIPANTES DA PESQUISA

A pesquisa incidiu sobre 200 crianças e adolescentes do sexo masculino, de sete a dezessete anos, vinculadas a projetos de cunho esportivo, artístico, musical e religioso, moradoras em favelas ou áreas adjacentes, cuja renda familiar majoritariamente é de até 2 salários mínimos ou R\$1.605,06 (o salário mínimo nacional é R\$678,00 e o piso regional do estado do Rio de Janeiro é R\$802,53, o equivalente a €306,34).

4.3. INSTRUMENTOS DE PESQUISA

A pesquisa foi feita em forma de questionário semiaberto, elaborado pelo pesquisador, unicamente para esta pesquisa, e pode ser consultado em anexo. Para a obtenção dos dados, o pesquisador forneceu folha de papel branco tamanho A4 e caneta.

4.4. PROCEDIMENTOS

Primeiramente foi feito nos locais-sede de projetos, onde meninos de 7 a 17 anos estavam vinculados, uma explanação por parte do pesquisador, a pais ou responsáveis (quando estivessem presentes), e aos meninos que responderiam ao questionário. Em seguida, foi distribuído individualmente aos pais ou responsáveis, um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em duas vias, a ser nominado, assinado e datado, por um dos pais ou um dos responsáveis pelos respondentes aos questionários, e pelo pesquisador, ficando uma via para cada parte. Também foi distribuído a cada respondente um Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), em duas vias, a ser nominado, assinado e datado, pelos respondentes e pelo pesquisador, ficando uma via com cada parte.

Na ausência dos pais ou responsáveis, os TCLE eram entregues aos futuros respondentes, que os levariam aos pais ou responsáveis e os trariam nominados, assinados e datados por estes. No ato da entrega dos TCLE ao pesquisador, este também os nominava, assinava-os e datava-os, restando uma via e entregando a outra para ser entregue aos respectivos pais ou responsáveis.

4.5. COLETA DE DADOS

Após apresentação, justificativa para o trabalho, esclarecimentos e respostas a perguntas a respeito da pesquisa, por parte do pesquisador, os questionários foram entregues, juntamente com uma caneta, a cada respondente, para o devido preenchimento. Os respondentes foram orientados a não apor qualquer tipo de identificação na folha de respostas. A média de tempo de resposta foi de 13 minutos.

4.6. TRATAMENTO DOS DADOS

As respostas advindas dos questionários permitiram que se fizesse uma análise de conteúdo, procedendo-se ainda à síntese estatística descritiva das categorias e posterior correlação com as atitudes e comportamentos das crianças e adolescentes participantes da pesquisa.

4.7. NEGAÇÃO PESSOAL E INSTITUCIONAL PARA COM O QUESTIONÁRIO

Houve negativa de pais, responsáveis e instituições, quanto a permitirem que seus filhos ou menor sob sua responsabilidade respondessem o questionário, quando tomaram conhecimento das perguntas do mesmo. Situando a negativa no fato de existirem perguntas relacionadas a drogas ou crimes.

DESCRIÇÃO DA PESQUISA E DISCUSSÃO

5

A PERSPECTIVA DO ESPORTE COMO ELEMENTO RESPONSÁVEL PELO
AFASTAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DAS DROGAS E DA
CRIMINALIDADE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

5. DESCRIÇÃO DA PESQUISA E DISCUSSÃO

Esta é uma pesquisa qualitativa, onde os enfoques histórico-críticos são evidenciados, partindo do princípio de que a desestruturação social da sociedade coloca em evidência os pressupostos da miséria e da pobreza, que se desdobram em outros problemas sociais dentre os quais as drogas e a criminalidade, que aqui são abordados.

As instituições contatadas para a pesquisa foram pinçadas, aleatoriamente, de uma listagem e a escolha se deu por critério de ordem de atendimento à solicitação feita pelo pesquisador: as cinco primeiras foram selecionadas pelo pesquisador, quer as de cunho esportivo, quer as de cunho não esportivo, perfazendo um total de dez instituições.

Para a efetivação da pesquisa, foi elaborado um questionário semi-estruturado, constando de 11 perguntas, respondido de forma individual, sem a imposição de nenhuma obrigação quanto à forma de responder, sem qualquer tipo de ingerência por parte do pesquisador, quanto às respostas, embora com a clara recomendação deste, de não haver nenhum tipo de identificação por parte dos respondentes.

5.1. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Demonstrativo de percentuais referentes às respostas de questionário aplicado em instituições esportivas e não esportivas, em meninos entre 7 e 17 anos.

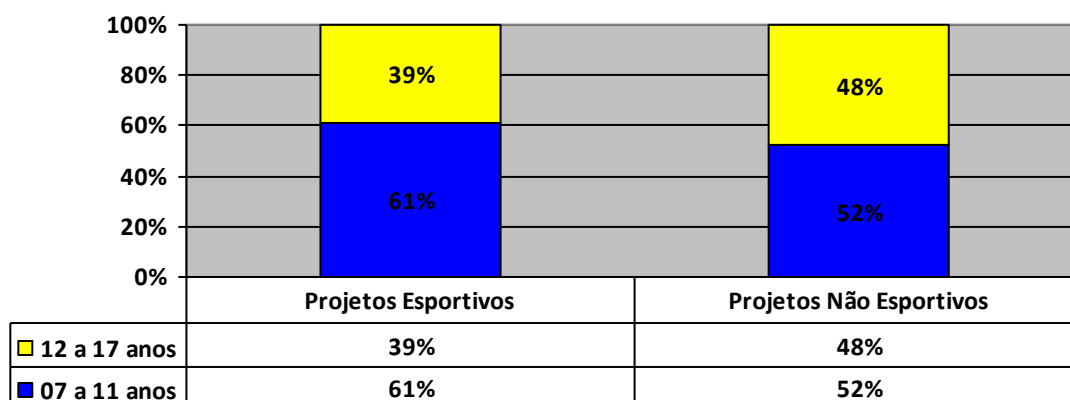


Figura 1 – Gráfico da idade

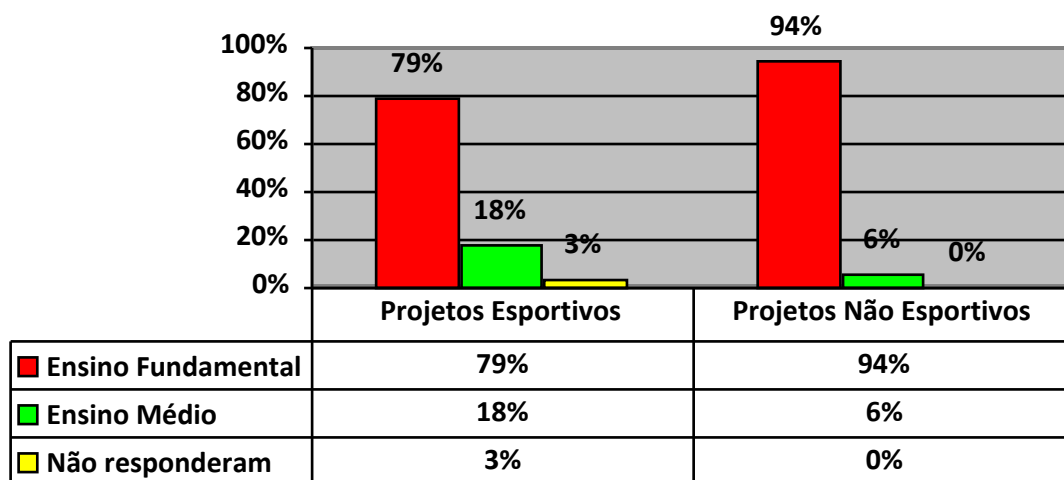


Figura 2 – Gráfico da escolaridade

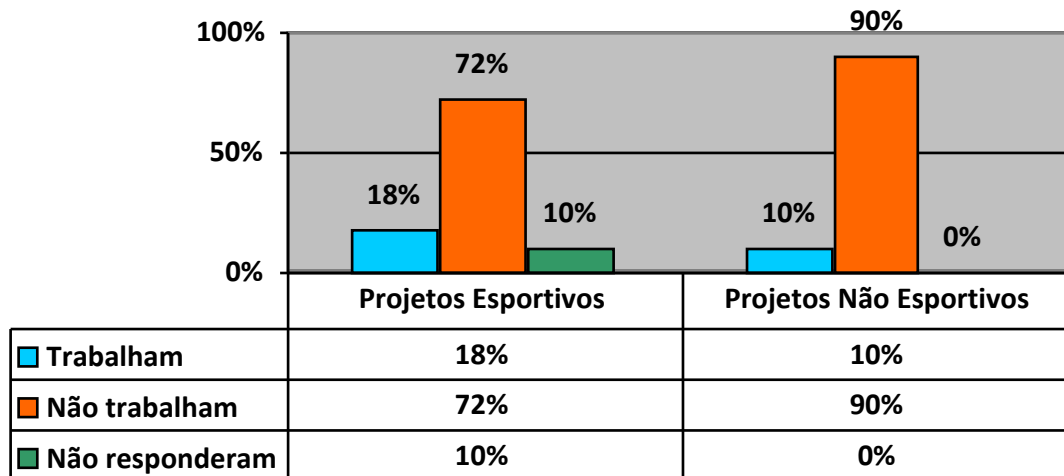


Figura 3 – Gráfico do trabalho

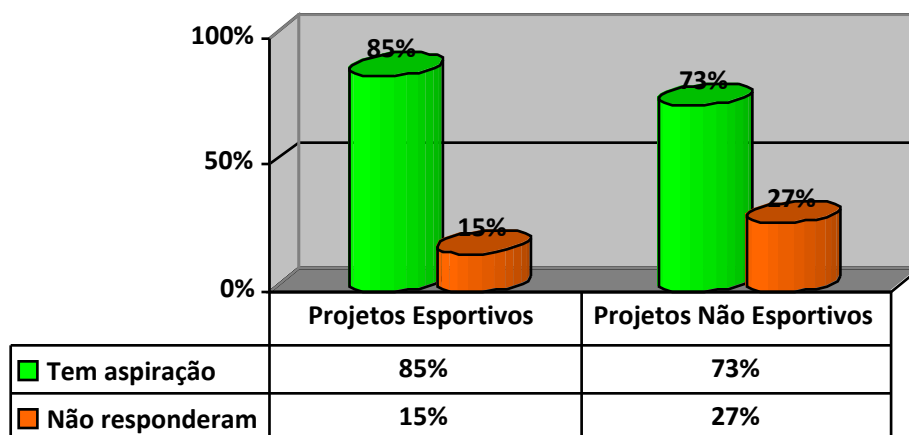


Figura 4 – Gráfico da aspiração profissional

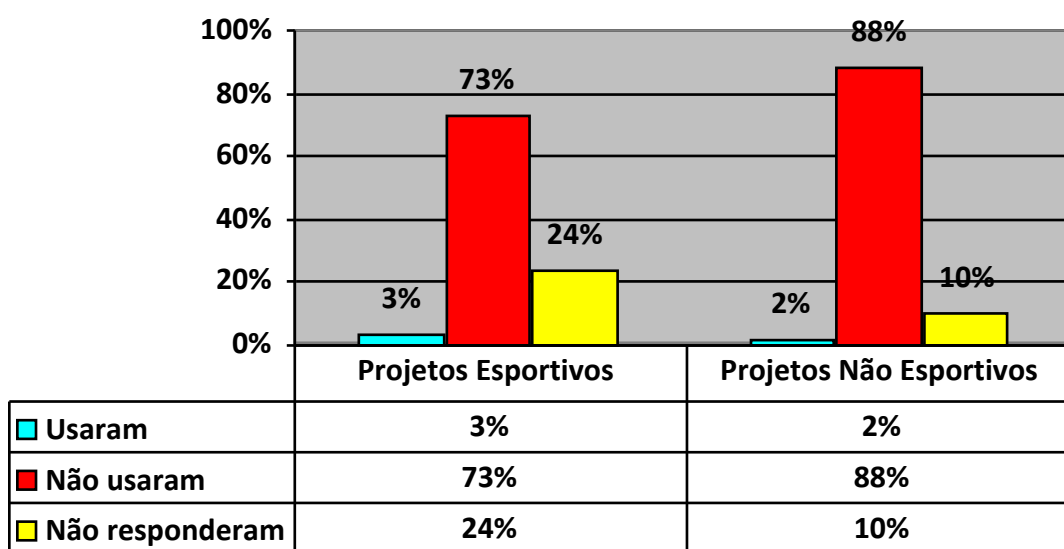


Figura 5 – Gráfico do uso de drogas

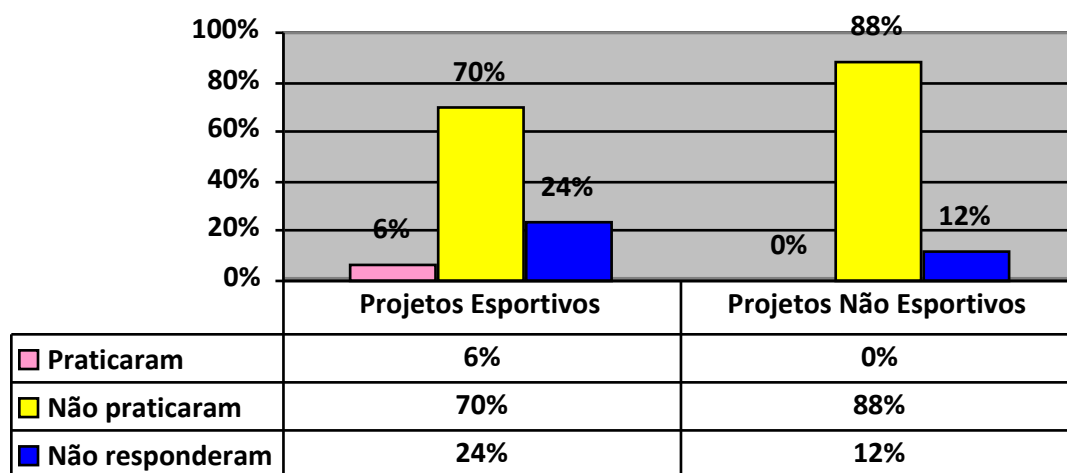


Figura 6 – Gráfico da prática criminosa

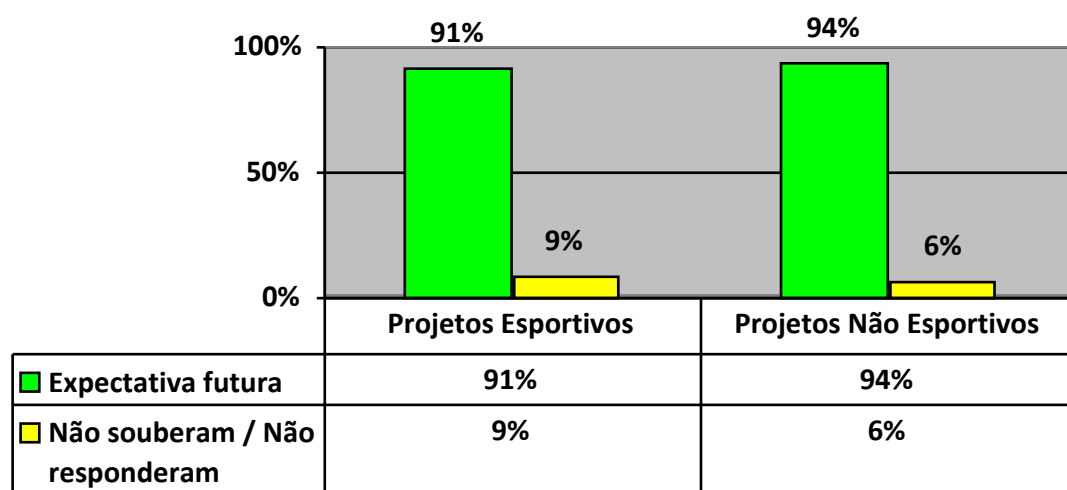


Figura 7 – Gráfico de motivos de vinculação aos projetos

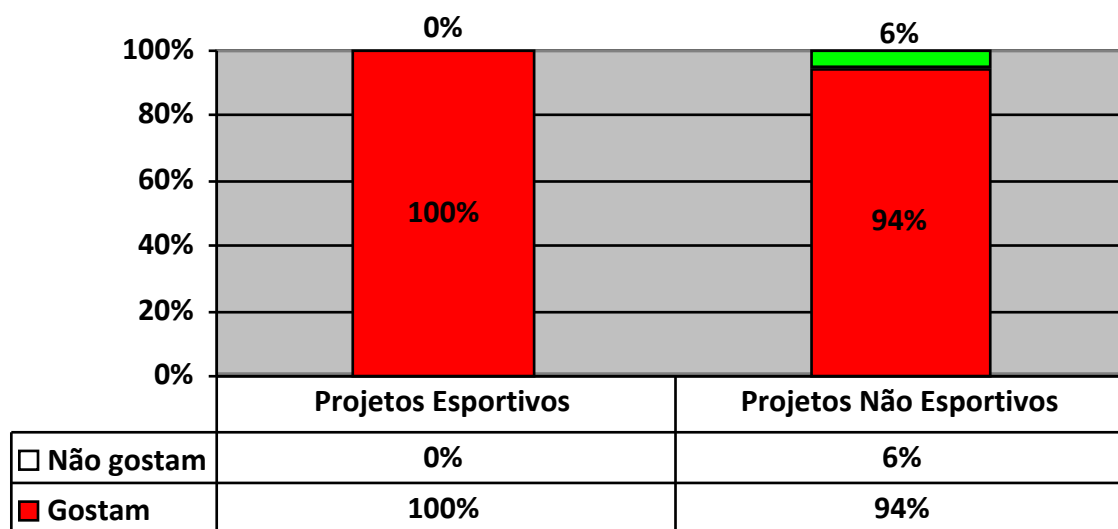


Figura 8 – Gráfico da avaliação do projeto em que atuam

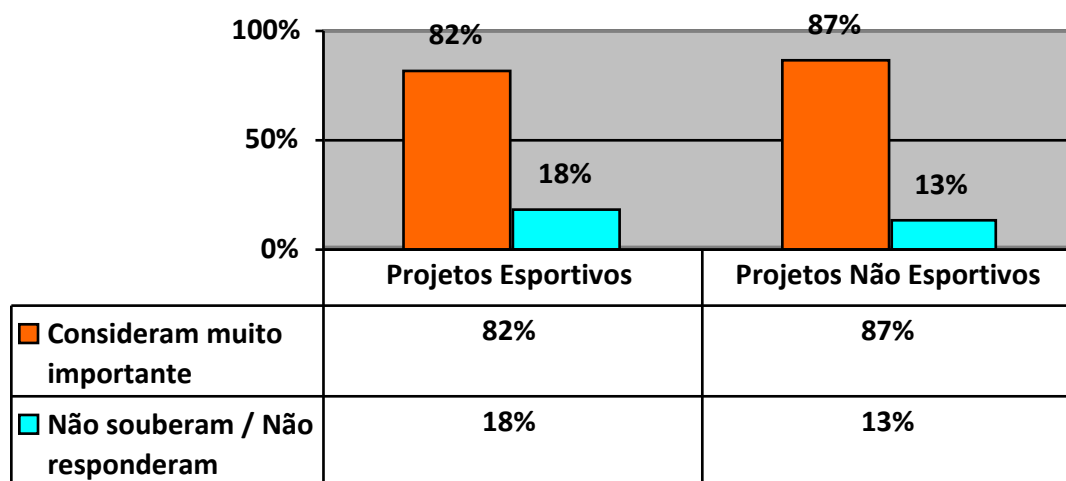


Figura 9 – Gráfico da importância do esporte ou da arte que desempenham

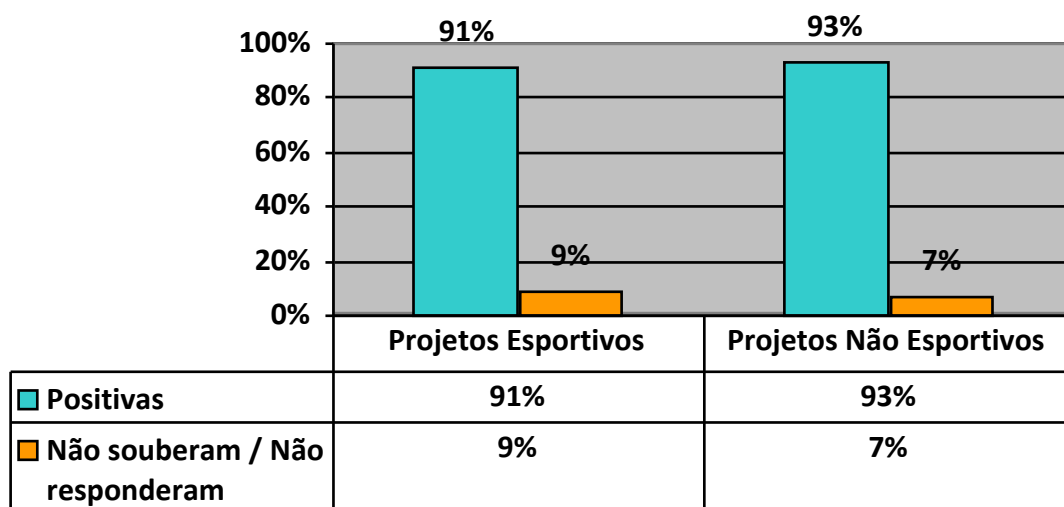


Figura 10 – Gráfico das perspectivas com as atividades praticadas

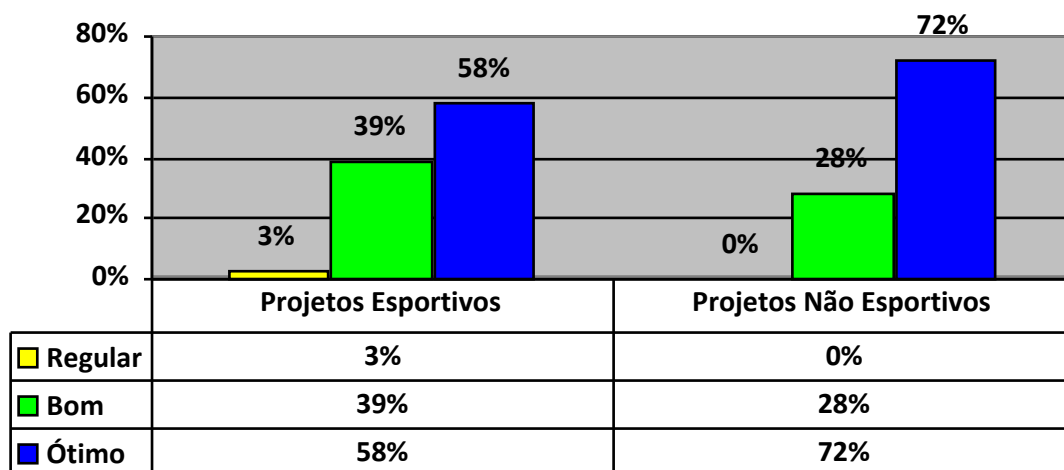


Figura 11 – Gráfico do tratamento recebido das instituições, via projetos esportivos e não esportivos

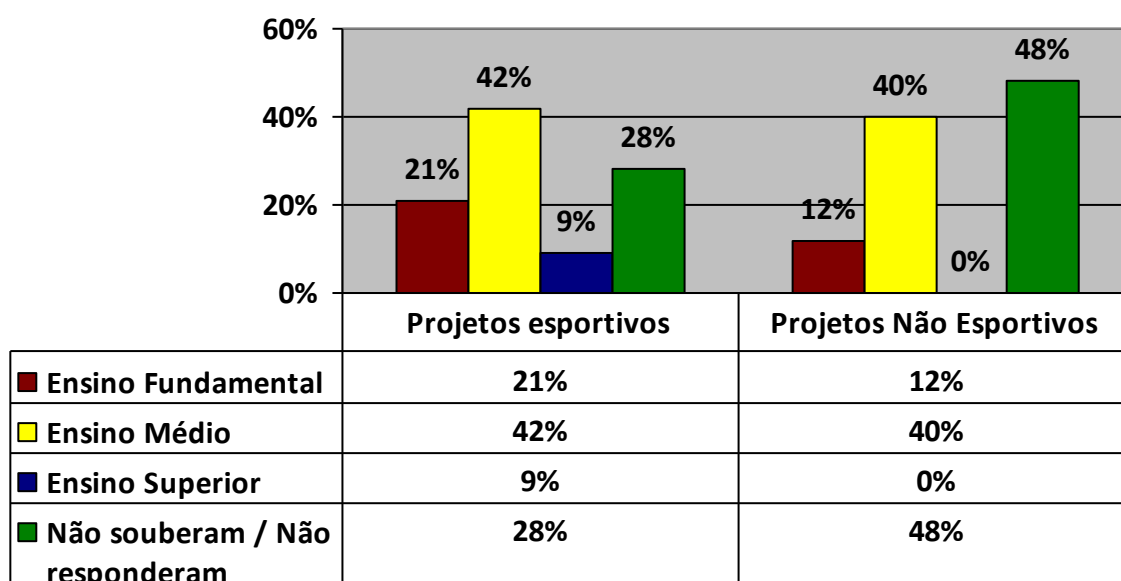


Figura 12 – Gráfico da escolaridade quanto aos pais ou responsáveis

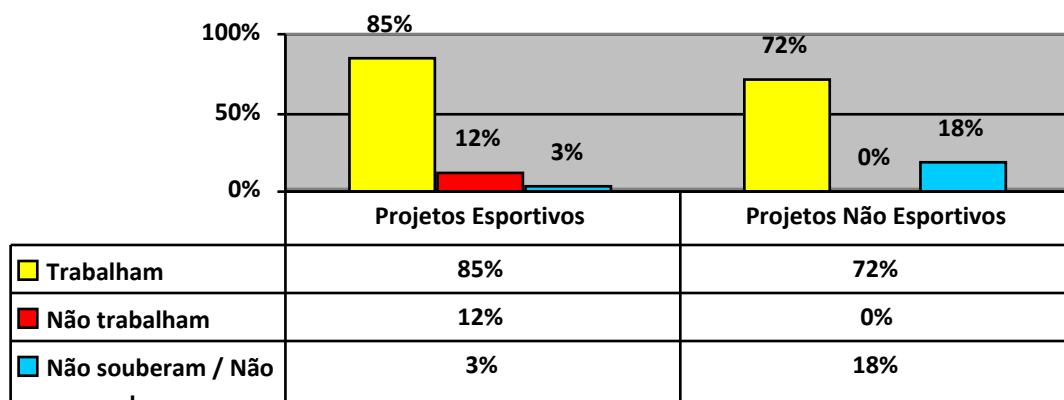


Figura 13 – Gráfico do trabalho quanto aos pais ou responsáveis

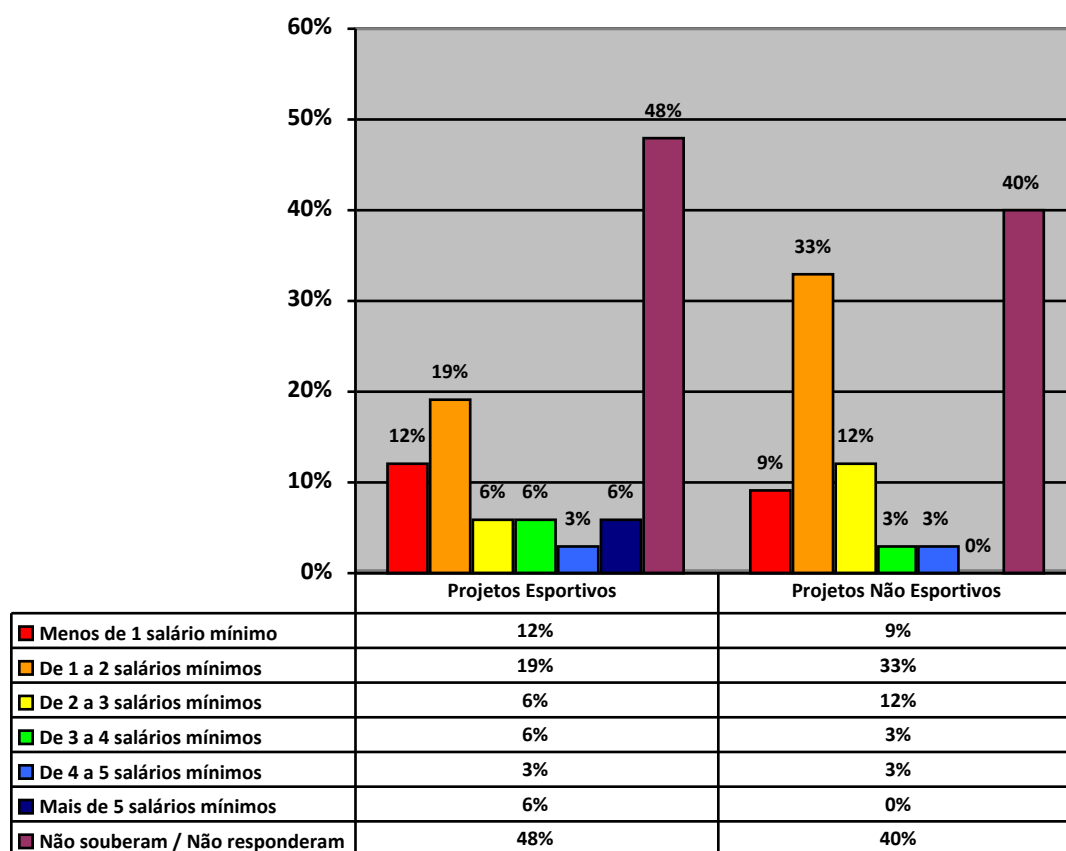


Figura 14 – Gráfico dos salários quanto aos pais ou responsáveis

5.2. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A distribuição etária dos respondentes apresentou uma mostra majoritária na faixa dos 7 aos 11 anos, tanto nas atividades da área esportiva, quanto na não esportiva, a saber, atividades artísticas, musicais e religiosas. Esse resultado pode advir do fato de os respondentes terem menos possibilidades de outros afazeres, o que propicia a participação em um número maior de projetos, em detrimento dos respondentes situados da faixa dos 12 aos 17 anos.

Quanto à escolaridade, as duas áreas apresentaram um predomínio do ensino fundamental. Considerando que este nível de ensino é a base da

formação escolar, a explicação talvez reside na busca por outras atividades, além daquelas com que regularmente os encaminhamentos pedagógicos trabalham, o que resulta numa maior frequência de estudantes desse nível, que carecem de atividades extraclasse.

Em relação à ocupação, os respondentes, na sua maioria, não trabalham, mas tanto na área esportiva como na não esportiva – respectivamente, 18% e 10% –, disse trabalhar, o que pode significar uma terceira jornada semanal de afazeres, visto que tais respondentes frequentavam a escola, participavam de um projeto e também trabalhavam.

Quanto à aspiração profissional, majoritariamente, os respondentes das áreas têm expectativas ou objetivos futuros, 85% da área esportiva e 73% da área não esportiva contra 15% e 27%, respectivamente que não responderam. Merece destaque a área esportiva, na qual 45% dos respondentes disseram aspirar à carreira de jogador de futebol.

Quanto ao uso de drogas, de forma majoritária os respondentes de ambas as áreas disseram nunca as terem usado. Mas o fato de 3% e 2%, respectivamente, na área esportiva e não esportiva admitirem que delas fizessem uso e 24% e 10%, respectivamente, não terem respondido à pergunta, pode acenar para um percentual maior de usuários.

Quanto a crimes, majoritariamente, as duas áreas assinalaram o não envolvimento em atividades criminosas, embora 6% na área esportiva, admitisse ter havido algum tipo de envolvimento e 24% e 12% respectivamente não terem respondido.

Embora não se apresentassem motivos para não responder a qualquer questão formulada e considerando que foi assegurado o direito de não responder a qualquer tipo de pergunta, pode-se conjecturar o porquê da ausência de respostas. Dessa omissão podem-se fazer ilações com o uso de drogas ou com a prática criminosa, sem que, no entanto, haja indícios de que tais ilações procedam.

Quanto aos motivos do ingresso nos projetos esportivos e não esportivos, 91% e 94%, respectivamente, têm expectativas que incidem sobre

o aperfeiçoamento nas atividades que praticam, sobre formação pessoal positiva ou sobre o preparo para uma carreira profissional.

Quanto ao gosto pelo projeto em que atuam, 6% dos respondentes das áreas não esportivas disseram não gostar da atividade de que participavam. Tal fato talvez se deva ao encaminhamento, feito pelos pais ou responsáveis, para projetos de cunho religioso, como, por exemplo, catecismo, pelo qual os respondentes demonstraram profunda insatisfação.

O grau de importância das atividades desempenhadas em projetos esportivos e não esportivos foi majoritariamente considerado de forma positiva: 82% e 87%, respectivamente, correlacionaram-se com as demais apreciações positivas, principalmente com os “motivos do ingresso” e o “gosto” pelo projeto.

Quanto à perspectiva ou positividade que possam concretizar através dos projetos de que participam, 91% e 93%, na área esportiva e na não esportiva, respectivamente, responderam terem objetivos a alcançar. Merece destaque a área esportiva, onde 30% dos respondentes demonstraram interesse em se tornarem jogadores de futebol.

Quanto ao tratamento recebido das instituições responsáveis pelos projetos, a graduação “bom” e “ótimo” foi quase absoluta, ficando 3% com “regular”, na área esportiva. Ressalte-se que este quesito é de importância capital para a eficácia dos objetivos dos projetos, assim como para o êxito dos praticantes.

Quanto à escolaridade dos pais ou responsáveis, na área esportiva e na não esportiva, 28% e 48%, respectivamente, os respondentes não sabiam ou não responderam. Pode ser impensável saber isso na tenra idade, mas quanto mais elevada a idade, mais conhecimento se tem dos pais ou dos responsáveis, por isso chama a atenção, negativamente, na área não esportiva, o percentual de 48% para ausência de uma resposta positiva.

Quanto ao trabalho, majoritariamente, pais ou responsáveis trabalham, sendo de 85% e 72%, respectivamente, na área esportiva e na não esportiva. Tais percentuais possivelmente denotam ausência de pais ou responsáveis, durante o dia, podendo oportunizar, durante o período desse trabalho, a ênfase na frequência dos filhos aos projetos.

Quanto aos salários dos pais ou responsáveis, os respondentes das áreas esportiva e não esportiva responderam que 12% e 9%, respectivamente, recebam menos de um salário mínimo (R\$678,00 ou aproximados €261,00), e 19% e 33% recebem de 1 a 2 salários mínimos. Conclui-se, então, que majoritariamente o rendimento familiar é baixo, considerando que 48% e 40% não sabiam ou não responderam.

Existem semelhanças nos resultados obtidos, em especial quando se referem às atividades praticadas, a saber: aspiração profissional, motivações para vincular-se ao projeto, gosto pelo projeto, importância da atividade que pratica, expectativa positiva em relação ao que pratica. Particular atenção deve ser dada ao fato de o tratamento recebido nas instituições ter recebido uma apreciação quase absoluta, das graduações “bom” e “ótimo”.

As diferentes áreas abordadas na pesquisa – esportiva, artística, musical e religiosa –, tem cada qual sua especificidade quanto ao desempenho e consequentemente quanto às expectativas futuras, mas não necessariamente quanto à obtenção de resultados materiais, embora este item deva ser considerado como um forte componente das aspirações. Entretanto, mesmo com peculiaridades próprias em cada área, existe uma percepção conexa às áreas, relativa ao tratamento dispensado pela instituição ou advinda da forma com que se realiza a relação praticante/instituição.

A relação do participante com a instituição, ou desta com aquele, é o diferencial que viabiliza a superação dos problemas relacionados ao afastamento das drogas e da criminalidade. É esta relação positiva, encontrada maciçamente nos respondentes, tanto na área esportiva, como na artística, musical e religiosa, que poderá se constituir no fator capaz de contribuir para que algumas pessoas praticantes de esportes consigam esse afastamento.

Os projetos sociais e esportivos propõem-se a oferecer atividades variadas a pessoas de todas as idades, principalmente a crianças e adolescentes, oferecendo-lhes esperança, respeito e perspectivas futuras. Em suma, oferecem um bom atendimento. Disso resulta o grande número de aderentes, principalmente os de famílias pobres, que positivamente têm dois atrativos: a não necessidade de pagamento das atividades praticadas e os lanches que lhes são oferecidos. Também para as famílias desses jovens, o

tempo de estada nessas instituições garante um período de proteção e vigilância fora de casa.

Em contrapartida, o tráfico de drogas e outros tipos de atividades criminosas podem oferecer dinheiro e consequente melhoria imediata da condição de vida, o que pode funcionar, para muitas crianças e adolescentes, como apelo ao hedonismo, visto que os ganhos financeiros reais são confrontados com as necessidades materiais não sanadas. O envolvimento desses jovens nesses tipos de atividades, que pode inclusive se tornar rotineiro em suas vidas, traz também a oportunidade real de aquisição daquilo que raramente têm ou nunca tiveram.

Essa ideia, pela lógica da segurança do imediatismo e da configuração de pequenos sonhos serem realizados por uma criança ou adolescente, como com frequência comer *pizza*, *hambúrguer* com refrigerante ou comprar um tênis de marca famosa, ou um par de óculos ou cordões de prata ou ouro. Contudo, à medida que se tornam mais velhos, os objetivos se modificam e as exigências pessoais se materializam no imediatismo de, por exemplo, possuir uma motocicleta, ou um carro, ou na possibilidade de frequentar grandes festas, ou seja, simplesmente usufruir de um tipo de vida onde o luxo impera. Esse tipo de apelo pode ser mais forte, se comparado aos pressupostos dos projetos sociais e esportivos que são tidos como possibilidades futuras.

Tal raciocínio simples, direto e subsidiado pelo retorno imediato, advindo de um trabalho ilegal, mesmo que submetidos a altíssimos riscos, o que inclui com a perda da própria vida, em muitos casos é a opção escolhida, em detrimento de um investimento, por exemplo, em um projeto esportivo, cujo retorno material não é sentido em curto prazo.

A gênese da problemática social reside nos aspectos de cunho econômico-social. O tráfico de drogas oferece a oportunidade e a possibilidade de ganho considerado mais fácil e mais bem remunerado, se comparado ao ganho auferido em trabalhos tradicionais e lícitos, compatíveis com a idade e a aptidão dos jovens adolescentes.

Contrapondo-se a essa realidade está o discurso da prática esportiva, com a pretensão de combater a proximidade com as drogas e o crime ou de

fazer com que crianças e adolescentes desistam de uma vida relacionada a atividades criminosas. Essa opção ou encaminhamento dependerá de vários fatores, além dos já citados, tais como a estrutura familiar, a convivência, as influências de amigos e parentes ou de outra referência reconhecida como exemplo ou modelo.

Em grande parte são oriundos da miséria e da pobreza, aqueles que na fase infantil passam a fazer parte da criminalidade, das drogas, da prostituição, do trabalho escravo, do índice de repetência escolar, do trabalho precoce e da mortalidade prematura.

Frente a tal situação e partindo da premissa de que a miséria e a pobreza são a gênese de tais problemas, o indicativo direto para erradicá-los é um só: acabar com a miséria e a pobreza. Entretanto, pelo viés político da atual conjuntura, um processo dessa envergadura não está na agenda liberal, onde se assentam os modelos jurídicos e sociais, que impulsionam a sociedade para o progresso econômico, independente da necessidade do progresso social. Mesmo quando melhorias são implementadas nesse sentido, não são sentidas como integrantes de um projeto que objetive realmente sua erradicação, o que faz com que por diversas gestões e esferas de governos, haja projetos sobre uma mesma área, carentes de um processo de continuidade.

As mudanças sociais e as revoluções que a sociedade experimentou ao longo da história provêm de uma vontade conjunta, onde forças unidas se mobilizam em prol do bem comum. Só assim atingem-se os objetivos propostos. O quadro vigente contudo, relativo aos avanços sociais, desenvolve-se de forma lenta e aquém das necessidades, descompassado com o avanço e as disponibilidades tecnológicas.

Podem-se reconhecer as tentativas em prol da resolução de problemas, a partir de formulações de projetos esportivos de baixo custo, se comparados aos que devem ser feitos para atender as necessidades reais e imediatas que urge serem solucionadas, no campo da saúde, educação, habitação e oferta de emprego. A aparente dimensão de insolubilidade de problemas sociais nessas áreas é de tal monta que requer, por parte do Estado, propósitos firmes, numa ação ampla direcionada à erradicação do quadro vigente. Tais medidas teriam um custo financeiro maior e poderiam significar um

encaminhamento público para que se resolvessem os problemas nas citadas áreas. Frise-se, entretanto, que além de representar menor custo, os projetos esportivos são mais vantajosos, na medida em que são de mais rápida execução e não demandam valores substanciais para dar suporte à manutenção e às necessárias edificações, além de congregarem um grande número de frequentadores.

Por outro lado, as unidades de saúde pública carecem de médicos e leitos hospitalares. São duas situações que exigem a intervenção do Estado, de forma coesa, de caráter não substitutivo, em termos de atenção ou empenho.

As buscas paliativas podem advir de iniciativa governamental, cujos limites de liberação de verbas não podem ultrapassar o próprio paliativo empregado, havendo portanto um investimento cujo custo é menor, se comparado à demanda de leitos hospitalares, centros cirúrgicos, ambulatorios, clinicas dentárias etc.

Certas mazelas sociais aparentam estar condenadas ao determinismo. À primeira vista, parecem insolúveis e passíveis apenas de ações paliativas. Nesse sentido, o esporte aparece como um fator preponderante para a implementação de soluções viáveis e de fácil execução.

O estudo comprovou que a hipótese foi verificada, na medida em que a análise dos conteúdos demonstrou similaridades entre os respondentes, não importando o tipo de projeto a que estavam filiados, – esportivo ou não –, além de demonstrar a satisfação que sentiam por estar participando como integrantes nos respectivos projetos. Foi realçada a excelência do tratamento recebido nas instituições, conforme se presumiu, na hipótese.

CONCLUSÃO 6

A PERSPECTIVA DO ESPORTE COMO ELEMENTO RESPONSÁVEL PELO
AFASTAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DAS DROGAS E DA
CRIMINALIDADE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

6. CONCLUSÃO

Conclui-se, então, que a proliferação de projetos, criados pelo Estado e por instituições não estatais, repercute diretamente nos respectivos quantitativos de praticantes, na medida em que tais projetos direcionam-se para uma parcela da população economicamente carente, formada por crianças e adolescentes cujas condições de vida são consideradas extremamente precárias, no que concerne à proximidade geográfica e afetiva, e nas quais drogas e crimes são costumeiros. Essas iniciativas são colocadas como um desafio à própria legitimidade dos projetos, cujas entidades mantenedoras partem do pressuposto de que suas propostas são, sem dúvida, eficazes e factíveis. Em termos efetivos, torna-se evidente que, através do esporte, crianças e adolescentes têm a possibilidade de se afastarem das drogas e da criminalidade.

Observe-se que o esporte em si, em sua prática mesmo metódica, é praticado por traficantes e demais criminosos, sem que sejam demovidos a mudarem o eixo das suas ações criminosas. Também é praticado nos presídios, por indivíduos que ao saírem ou fugirem, são recalcitrantes em suas ações criminosas.

Evidencia-se que a ação esportiva, na acepção que o termo indica, não funciona como um determinismo cuja certeza de resultados possa ser aferida, sem que se considere uma complexidade de elementos, que eminentemente constituem um amálgama necessário para isso, e que se distancia *a priori* de uma razão desportivista, responsável direta, principal e única do afastamento de drogas e crimes.

Esta pesquisa constatou que um traço qualitativo positivo é evidenciado, pelos praticantes de atividades esportivas e não esportivas (música, artes plásticas, religião). Mais especificamente, a inserção em um desses projetos denota uma similaridade quanto ao tratamento recebido nos mesmos, independente do vínculo ser esportivo ou não. Dentre outros aspectos o bom ou ótimo tratamento é o diferencial. Distintamente de outras situações onde as práticas esportivas e não esportivas, não apresentam uma entidade promotora

que agregue valores ao indivíduo, a exemplo dos presídios ou casas de correção para menores.

É importante salientar que as atividades esportivas ou não esportivas, desempenhadas em instituições com projetos dessa natureza, podem ter um papel social importante, na medida em que: 1 - Contribuam para objetivos sociais positivos, como o afastamento das drogas e da criminalidade, quer pela convivência saudável nas instituições ou mesmo pela pontual atividade desempenhada, nutrida por um sonho, como muitos tem, por exemplo, de serem jogadores profissionais, mas desde que assistida, coordenada e bem encaminhada.. 2 – Apresentem perspectivas profissionais, nas quais seja evidenciada, através do esclarecimento, a possibilidade de visualizar um futuro, fora do alcance das drogas e do crime. Mas esse ideário não resulta das atividades praticadas em si, mas de uma plêiade de elementos que possam intervir de forma positiva.

SUGESTÕES

7

A PERSPECTIVA DO ESPORTE COMO ELEMENTO RESPONSÁVEL PELO
AFASTAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DAS DROGAS E DA
CRIMINALIDADE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

7. SUGESTÕES

A despeito da relevância com que a temática “esporte” é tratada, no Brasil, sobretudo com a proximidade da realização no país dos maiores eventos esportivos do mundo, a saber, a Copa do Mundo da FIFA em 2014 e a Olimpíada, em 2016, o assunto torna-se polêmico, em virtude da divisão de opiniões quanto às grandes construções, principalmente de estádios, à custa de verbas advindas do erário, em detrimento do suprimento das necessidades prementes em áreas como a saúde, educação, habitação e saneamento básico, por exemplo.

O tema “esporte” adquire, então, um grau superlativo de importância, como a justificar, frente às necessidades não atendidas, que o mesmo, socialmente, deve ser evidenciado com grau de relevância reconhecida pela sociedade, na medida em que traz consigo o propagado discurso de salvaguardar a saúde e afastar das drogas e da criminalidade, crianças e adolescentes.

Diante dessa situação, o governo e a mídia, fundamentados no viés esportivo, esmeram-se em difundir a grandiosidade desses grandes eventos como uma justificativa para os gastos excessivos. Dessa forma, faz-se necessário exercer uma crítica fundamentada, que analise os reais ganhos sociais que a realização de tais eventos trará para o país e particularmente para a cidade do Rio de Janeiro, na condição de cidade polo desses gastos públicos.

Correlato a isso, o discurso redentor ou salvacionista que nomeia o esporte como ferramenta vital no empenho de afastar crianças e adolescentes das drogas e da criminalidade, requer mais do que uma simples credibilidade nos veículos de comunicação de massa. É imperativo que se analisem os conteúdos que o esporte, em suas mais diversas manifestações, pode fornecer nesse sentido, sob pena de os objetivos não serem atingidos e de se desenvolver uma perspectiva enganosa ou aquém da realidade.

REFERÊNCIAS

8

A PERSPECTIVA DO ESPORTE COMO ELEMENTO RESPONSÁVEL PELO
AFASTAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DAS DROGAS E DA
CRIMINALIDADE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

8. REFERÊNCIAS

- Abraão, J. (2011, setembro). Controle social, transparência e integridade. Esse é o nome do jogo. Revista Le Monde Diplomatique Brasil, nº 50.
- Abramides, M. B., Mazzeo, S. C & Fingerhann, T. N. (1980). Repensando o trabalho social – a relação entre estado, instituição e população. São Paulo: Cortez.
- Agência Brasil – Empresa Brasil de Comunicação (2002). CBF sediará fórum nacional antidrogas. Brasília. Atualizado em 08/04/2002 10h36. Recuperado em 18 de janeiro de 2013, de <http://www.agenciabrasil.ebc.com.br>
- Alves, R. (2006). O futebol levado a riso: lições do bobo da corte. Campinas, SP: Versus.
- Arbex, J. Jr. (2011, janeiro). O Fantástico show da morte. Revista Le Monde Diplomatique Brasil, nº 42.
- Arendt, A. (1989). A condição humana (4ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Ayala, L. & Nadai, M. (2006). Objetivos de desenvolvimento do milênio. São Paulo: Instituto Ethos. Objetivos de desenvolvimento do milênio/procurar. Recuperado em 29 de dezembro de 2011, de <http://www.ethos.org.br> .
- Azevedo, J. (2007). Reconversão cultural da escola. Porto Alegre: Sulina/Universitária Metodista.
- Bastos, M. & Monken, M. H. (2010). Tráfico conta com estrutura empresarial para gerir seus negócios. Organização da venda de drogas no Rio conta com 14 diferentes cargos e funções. São Paulo. Buscar/hierarquia do tráfico – Tráfico conta com estrutura empresarial para gerir seus negócios. Rede Record – Notícias. Atualizado em 22/12/2010 10h40. Recuperado em 16 de junho de 2011 de <http://www.noticias.r7.com>
- Betti, M. (1991). Educação física e sociedade. São Paulo: Movimento.

- Bianco, A. Lo. (2013, 31 de janeiro). Valorização em favelas cria êxodo a “submoradias”. Jornal O Dia.
- Bracht, V. (2003). Sociologia crítica do esporte (2ª ed.). Ijuí, RS: Unijui.
- Bruhns, H. (1993). O corpo parceiro e o corpo adversário. Campinas, SP: Papirus.
- Buarque, C. (1991). O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Carvalho, Y. (1995). O mito da atividade física e saúde. São Paulo: Hucitec.
- Clube de Regatas Vasco da Gama (2012). Campeonato brasileiro teve aumento de 14% no preço dos ingressos. Rio de Janeiro. Atualizado em 05/10/2012 12h17. Recuperado em 05 de outubro de 2012, de <http://www.vasco.com.br>
- Confederação Brasileira de Futebol (2012). Campeonato brasileiro série A 2012. Rio de Janeiro Competições. Outros anos – 2012.. Recuperado em 17 de fevereiro de 2013, de <http://www.cbf.com.br>
- Constituição da República Federativa Do Brasil (1988), capítulo II, dos direitos sociais, artigo 7º, inciso IV: Brasília: Senado Federal.
- Correio Nagô (2012). Usain Bolt defende no Rio esporte e educação para afastar jovens das drogas. Salvador BA. Usain Bolt (Pesquisa).. Recuperado em 28 de dezembro de 2012, de <http://www.correionago.com.br>
- Costa, M. (2012, 1 de dezembro). Distante dos olhos – fatores históricos e geográficos influenciam a forma como a violência é percebida no Rio e em São Paulo. Jornal O Globo, seção história.
- Cunha, V. (2012, 12 de dezembro). Panamá se inspira no Rio e cria primeira UPP no exterior. Jornal O Dia. 1º caderno.
- Davis, M. (2006). Planeta favela. São Paulo: Boitempo.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). São Paulo: Salário mínimo. Salário mínimo nominal e

- necessário. Recuperado em 30 de janeiro de 2013, de <http://www.dieese.org.br>
- Divida Externa (2000). São Paulo: Loyola.
- Enguita, M. (1993). Trabalho, escola e ideologia. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Folha da Região (2012) Menores a serviço da criminalidade. Araçatuba, SP. Procurar – Não enxergam que o esporte é medicina preventiva – Folha da Região/Menores a serviço da criminalidade.. Atualizado em 09/08/2012. Recuperado em 12 de outubro de 2012 de <http://www.folhadaregiao.com.br>
- Freire, A. M. A. (1993). Analfabetismo no Brasil - da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as catarinas (Paraguaçu), filipas, madalenas, anas, genebras, apolônias e graças até severinos. São Paulo: Cortez.
- Freire, P. (1988). Pedagogia do oprimido (18ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freitas, F. M. C. (2009). Esporte em democracia: a gênese do político. In Malina, A. & Cesário. S. (Orgs). Esporte Fator de Integração e Inclusão Social? Campo Grande, MS: UFMS.
- Frigotto, G. (1995). Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez.
- Fundação Getúlio Vargas (2008). Motivos da evasão escolar. Rio de Janeiro. Recuperado em em 24 de dezembro de 2012, de <http://www.fgv.br/cps/tpemotivos>
- Gadotti, M. (1990). Concepção dialética da educação (7ª ed.). São Paulo: Cortez-Autores Associados.
- Gazeta do Povo (2009). Paes acaba com aprovação automática nas escolas do Rio. Curitiba, PR. Caderno Vida Pública. Atualizado em 02/01/2009. Recuperado em 01 de janeiro de 2013 de <http://www.gazetadopovo.com.br>
- Gazeta Esportiva (2013). Gari fica em 25º da São Silvestre pela terceira vez seguida. São Paulo. Atletismo/São Silvestre. Atualizado em 14/01/2013

- 17h06min47. Recuperado em 15 de janeiro de 2013 de <http://www.gazetaesportiva.net>
- Gazeta Online (2013). Concursos públicos vão abrir 80 mil vagas em 2013 no país. Vitória, ES. Seção Oportunidades - Concursos. Atualizado em 22/10/2012 14h29. Recuperado em 11 de fevereiro de 2013, de <http://www.gazetaonline.globo.com>
- Gomes, M., Pelegrino, A., Fernandes, L., Reginensi, C.,(2006). Desigualdade e exclusão nas metrópoles brasileiras: alternativas para seu enfrentamento nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arco Iris e HP comunicação.
- Hofmeister, W. (2005). Política social internacional – consequências sociais da globalização. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013). Rio de Janeiro. Analfabetismo/Pesquisar - Tabela 28.. Recuperado em 05 de fevereiro de 2013 de <http://www.ibge.gov.br>
- Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (2013). Rio de Janeiro. Resumo da capital. Resumo mensal por AISP – 2012 dezembro – capital. Recuperado em 25 de fevereiro de 2013, de <http://www.isp.rj.gov.br>
- Kunz, E. (2009). Transformação didático pedagógica do esporte (7ª ed.). Ijuí, RS: Unijui.
- Laboratório de Análise de Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012). Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto da polícia pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Publicações - Relatórios 2012.
- Liopis J. (1934). Hacia uma escuela más humana Madrid: (N.D).
- Magalhães, M.I. (2013, 4 de fevereiro). UPPs: dispara o número de menores pegos com drogas. Jornal O Dia, 1º caderno.
- Malina, A. (2009). O esporte como um bem da humanidade e o modo de produção capitalista. In Malina, A & Cesario, S. (Orgs). Esporte - fator de integração e inclusão social? Campo Grande, MS: UFMS.

- Manhães, .E. (1986) Política de esportes no Brasil. Rio de Janeiro: Graal.
- Marinho, V. (2010). Educação física humanista (2ª ed.). Rio de Janeiro: Shape.
- Marinho, V. (2010). O esporte pode tudo. São Paulo: Cortez.
- Marinho, V. (2011). O que é educação física (2ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Martins, F. (2011, 4 de novembro) Operações vão se repetir em outras comunidades. Jornal O Povo, 1º caderno.
- Marx, K. & Engels, F. (1989). Manifesto do partido comunista. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa Ômega, volume 1.
- Mascarenhas, G. Bienenstein,G. & Sánchez, F. (2011). O jogo continua: mega eventos esportivos e cidades. Rio de Janeiro: Eduerj.
- Medina,J. P.. (1998). O brasileiro e seu corpo (5ª ed.). Campinas, SP: Papirus.
- Mendes, M. (2007). Mens sana in corpore sano – saberes e práticas educativas sobre corpo e saúde. Porto Alegre: Sulina.
- Mendes, W. (2012, 7 de dezembro). Pastor chefiava milícia com atuação na zona oeste. Jornal O Globo, seção Rio.
- Mendonça, M. (2011). Jovens usam a fé para enfrentar o crack nas ruas. Vitória .ES. Buscador/Jovens usam a fé para enfrentar o crack nas ruas. Atualizado em 23/02/2011 – 09h20. Recuperado em 15 de outubro de 2012 de <http://www.gazetaonline.globo.com>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2012). Bolsa família. Benefícios. Brasília. Recuperado em 14 de dezembro de 2012, de <http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria>
- Monteiro, A. (N/D). Educação, acto político. Lisboa: Livros Horizonte
- Moura, A., & Barreto, D. (2012, 23 de março). O exército mirim do tráfico, ainda. Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 1º caderno.
- Odália, N. (1987). Brasil nas relações internacionais. In Mota, C. (Org.). Brasil em perspectiva (16ª ed). São Paulo: Prol.
- Paiva, A. R. & Burgos, M. B. (2009). A escola e a favela. Rio de Janeiro: PUC-Pallas.

- Pereira, F. M. (1988). *Dialética da cultura física*. São Paulo: Ícone.
- Pereira, L. & Foracchi, M. (1987). *Educação e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Peres, P. R. M. (1998). *A necessidade historiográfica que cumpre abordar a educação física enquanto compromisso social, pelo viés marxista do materialismo histórico*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro RJ, Brasil.
- Pierry, F. (2012, 29 de setembro). Dilma sanciona lei que pune mais as milícias. *Jornal O Globo*, seção Rio.
- Pistrak, M. M. (2000). *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular.
- Por falta de médico, menina que levou tiro na cabeça, espera oito horas por cirurgia no natal (2012, 26 de dezembro). *Jornal O dia*, 1º caderno.
- Portal Brasil (2012). Trabalho escravo. Cidadania. Brasília. Direitos do cidadão – trabalho escravo. Recuperado em 26 de dezembro de 2012, de <http://www.brasil.gov.br>
- Prado, C., Jr. (1988). *História econômica do Brasil* (36ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Programa promete retirar mais 2,5 milhões da pobreza (2013, 20 de fevereiro). *Jornal O Dia*, 1º caderno.
- Rachelis, R. (1988). *Legitimidade popular e poder público*. São Paulo: Cortez.
- Recuperado em 11 de outubro de 2012 de <http://www.lav.uerj.br>
- Romanelli, O. (1978). *História da educação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Schlesinger, L. (N.D). *Dívida externa: questão do passado?*. Rio de Janeiro: PACS.
- Silva, O. (2010). O esporte no Brasil. *Revista Princípios* nº 107.
- Sistema Brasileiro de Televisão – SBT – (2012). Projeto com esporte afasta jovens carentes das drogas. *Notícias*. São Paulo. Atualizado em 02/05/2012. Recuperado 12 de outubro de 2012, de <http://www.sbt.com.br>

- Siza, R. (2011, 20 de junho). Favela conclui perímetro de segurança em redor do estádio do Maracanã. *Jornal Público*, seção mundo.
- Souza, M. de. (2008). *Fobópole. O medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Stedile, J. (2000). A dependência do Brasil e a dívida externa. In *História, crise e dependência do Brasil*. São Paulo: Consulta Popular, Cartilha nº 3, 4ª edição.
- Telles, H. (2012, 14 de dezembro). Até 2016, 37 mil crianças e adolescentes mortos.- Jovens vítimas. *Jornal O Dia*.
- Terra Networks Brasil S.A. (2013). Do futebol ao surfe: projeto quer tirar estudantes da mira do crime. São Paulo. Atualizado em 28/01/2013 11h59. Recuperado em 30 de janeiro de 2013, de <http://www.terra.com.br>
- Thomé, C. (2010). Plástica não invasiva se torna a mais comum. Procedimentos como aplicação de botox e colágeno superou em número de cirurgias. São Paulo. Plástica não invasiva se torna a mais comum/Buscar – 0h00. Atualizada em 15/08/2010 - 0h00. Recuperado em 16 de agosto de 2012, de <http://www.estadao.com.br>
- Triviños, A. N. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Unidade de Polícia Pacificadora – UPP (2013). *Números*. Rio de Janeiro. Recuperado em 15 de fevereiro de 2013, de <http://upprj.com>
- Valle, L. do (1997). *A escola nação – as origens do projeto pedagógico brasileiro*. São Paulo: Letras & Artes.
- Xavier, M. (1990). *Capitalismo e escola no Brasil*. Campinas, SP: Papirus.

ANEXOS

9

A PERSPECTIVA DO ESPORTE COMO ELEMENTO RESPONSÁVEL PELO
AFASTAMENTO DE CRIANÇAS E AD
OLESCENTES DAS DROGAS E DA CRIMINALIDADE NA CIDADE DO RIO DE
JANEIRO

ANEXO I – DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

.....localizada

.....nº.....Bairro.....CEP.....

cidade do Rio de Janeiro através da sua gerência, em solicitação feita pelo pesquisador Paulo Roberto Monteiro Peres, no sentido de levantar dados através de um questionário a crianças e adolescentes frequentadores desta instituição e na condição de responsável pela mesma, declaro ter lido e concordar com o parecer emitido pelo CEP da instituição proponente, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem estar dos sujeitos da pesquisa nela recrutados, dispondo da infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.

Rio de Janeiro, de de

.....

Assinatura e carimbo do (a) responsável

ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA RESPONSÁVEL POR MENOS DE 18 ANOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA RESPONSÁVEL POR MENOR DE 18 ANOS

Seu filho ou menor de 18 anos sob sua responsabilidade, de nomeestá sendo convidado a participar, se você quiser, sem nenhuma recompensa ou pagamento, a responder um questionário que não será assinado nem trará nenhuma identificação, ficando assim garantido que você não será identificado (a). Entretanto, há liberdade para desistir de responder, mesmo que já tenha assinado este documento. Se por motivo de analfabetismo, impossibilidade física ou orgânica ou recusa de escrever, haverá a possibilidade de respostas orais gravadas.

O questionário faz parte da minha tese do curso de doutorado que tem por título “A Perspectiva do Esporte, Como Elemento Responsável Pelo Afastamento de Crianças e Adolescentes, das Drogas e da Criminalidade, na Cidade do Rio de Janeiro”.

Serão prestados todos os esclarecimentos necessários, entretanto se outras dúvidas ocorrerem, pode-se entrar em contato com este pesquisador pelo telefone 87768727 ou em caso de dúvidas éticas, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho – UFRJ, sala 01D-46/1º andar, rua Rodolpho Paulo Rocco 225, Cidade Universitária, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro. Tel: 25622480 – email cep@hucff.ufrj.br de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 15:00 horas.

CONSENTIMENTO

Acredito ter sido suficientemente informado (a) a respeito das informações sobre o estudo acima citado que li ou que foram lidas para mim.

Eu discuti com o pesquisador responsável.....

sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claras para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízos. Eu receberei uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a outra ficará com o pesquisador responsável por essa pesquisa. Além disso, estou ciente de que eu (ou meu representante legal) e o pesquisador responsável deveremos rubricar todas as folhas desse TCLE e assinar na última folha.

.....

. Nome do Responsável Legal

.....

Rio de Janeiro, / /

Assinatura do Responsável Legal

.....

Nome do Pesquisador Responsável

.....

Rio de Janeiro, / / .

Assinatura do Pesquisador Responsável

ANEXO III – TERMO DE ASSENTIMENTO PARA MENORES DE 7 A 11 ANOS

TERMO DE ASSENTIMENTO PARA MENORES DE 7 A 11 ANOS

Você está sendo convidado a participar (se você quiser), sem receber nenhuma recompensa ou pagamento, a responder um questionário que não será assinado nem terá nenhuma identificação sua, ficando garantido que você não será identificado em minha pesquisa, pelo questionário ou por este termo. Mas se você quiser, pode desistir a qualquer momento de participar desta pesquisa, sem ter nenhum prejuízo. Se por motivo de analfabetismo, impossibilidade física ou orgânica ou recusa de escrever, haverá a possibilidade de respostas orais gravadas.

O questionário faz parte de minha tese do curso de doutorado, que tem por título “A Perspectiva do Esporte, Como Elemento Responsável Pelo Afastamento de Crianças e Adolescentes, das Drogas e da Criminalidade, na Cidade do Rio de Janeiro”. Com isso pretendo analisar, através dos questionários, se o esporte é o responsável pelo afastamento de crianças e adolescentes, das drogas e da criminalidade na cidade do Rio de Janeiro.

Poderá haver desconforto para responder as perguntas do questionário, por motivos de vergonha, arrependimento ou culpa. Se isso acontecer, você poderá desistir, sem nenhum problema. Mas também poderá haver benefícios pelas respostas que você der, pois será importante saber se o esporte ou outra atividade colabora para o afastamento das drogas e da criminalidade.

Serão prestados todos os esclarecimentos necessários, assim como acompanhamento e assistência, pelo responsável pela pesquisa, durante o período em que o questionário estiver sendo respondido. Se outras dúvidas ocorrerem, pode-se entrar em contato com este pesquisador pelo telefone 87766727 ou em caso de dúvidas éticas, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho – UFRJ, sala

01D-46/1º andar, rua , Rodolpho Paulo Rocco 225, Cidade Universitária, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro. Tel: 25622480 – email: cep@huccf.ufrj.br de segunda a sexta feira, das 08:00 às 15:00 horas.

Eu.....tendo sido suficientemente esclarecido a respeito das informações da pesquisa acima citada, declaro que estou ciente dos propósitos da mesma, dispondo-me de forma voluntária e isenta de despesas a participar da mesma. Além disso, estou ciente de que eu (ou meu representante legal) e o pesquisador responsável, deveremos rubricar todas as folhas desse Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) e assinar na última folha.

.....

Nome do Entrevistado

.....

Rio de Janeiro, / /

Assinatura do Entrevistado

.....

Nome do Pesquisador Responsável

.....

Rio de Janeiro, / /

Assinatura do Pesquisador Responsável

ANEXO IV – TERMO DE ASSENTIMENTO PARA MENORES DE 12 A 17 ANOS

TERMO DE ASSENTIMENTO PARA MENORES DE 12 A 17 ANOS

Você está sendo convidado a participar, de forma voluntária sem receber nenhuma recompensa ou pagamento, a responder um questionário que não será assinado nem terá nenhuma identificação sua, ficando garantido seu anonimato em minha pesquisa, pelo questionário ou por este termo. Você poderá desistir a qualquer momento de participar desta pesquisa, sem nenhum prejuízo. Se por motivo de analfabetismo, impossibilidade física ou orgânica ou recusa de escrever, haverá a possibilidade de respostas orais gravadas.

O questionário faz parte da minha tese do curso de doutorado, que tem por título “A Perspectiva do Esporte, Como Elemento Responsável Pelo Afastamento de Crianças e Adolescentes, das Drogas e da Criminalidade, na cidade do Rio de Janeiro”. Com isso pretendo analisar, através dos questionários, se o esporte é o responsável pelo afastamento de crianças e adolescentes, da drogas e da criminalidade na cidade do Rio de Janeiro.

Poderá haver desconforto, para responder as perguntas do questionário, por motivos de vergonha, arrependimento ou culpa. Se isso acontecer, você poderá desistir, sem nenhum problema. Mas também poderá haver benefícios pelas respostas que você der, pois será importante saber se o esporte ou outra atividade colabora para o afastamento das drogas e da criminalidade.

Serão prestados todos os esclarecimentos necessários, assim como acompanhamento e assistência, pelo responsável pela pesquisa, durante o período em que o questionário estiver sendo respondido. Se outras dúvidas ocorrerem, pode-se entrar em contato com este pesquisador pelo telefone 87768727 ou em caso de

dúvidas éticas, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho – UFRJ, sala 01D-46/1º andar, rua Rodolpho Paulo Rocco 225, Cidade Universitária, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro. Tel: 25622480 – email: cep@hucff.ufrj.br de segunda a sexta feira, das 08:00 às 15:00 horas.

Eu..... tendo sido suficientemente esclarecido a respeito das informações da pesquisa acima citada, declaro que estou ciente dos propósitos da mesma, dispondo-me de forma voluntária e isenta de despesas a participar da mesma. Além disso, estou ciente de que eu (ou meu representante legal) e o pesquisador responsável deveremos rubricar todas as folhas desse Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) e assinar na última folha.

.....

Nome do Entrevistado

.....

Rio de Janeiro, / /

Assinatura do Entrevistado

.....

Nome do Pesquisador Responsável

.....

Rio de Janeiro, / /

Assinatura do Pesquisador Responsável

ANEXO V – QUESTIONÁRIO 1

Questionário respondido por meninos de 7 a 17 anos, participantes em atividades esportivas.

- 1) Qual a sua idade?
- 2) Qual sua série, na escola?
- 3) Se você trabalha, quanto ganha?
- 4) Que profissão você pretende ter?
- 5) Já fez uso de droga?
- 6) Já esteve envolvido com crime?
- 7) Por que você veio para este projeto?
- 8) Você gosta de praticar esportes?
- 9) Se o esporte já foi ou é importante para você, diga porque.
- 10) O que você espera conseguir com o esporte?
- 11) O tratamento que você recebe neste local é:
 - a – Ruim ()
 - b – Regular ()
 - c – Bom (.....)
 - d – Ótimo (.....)
- 12) Quanto a seus pais ou responsáveis:

a – Qual o grau de escolaridade ?

b – Eles trabalham?

C – Quanto recebem ?

ANEXO VI – QUESTIONÁRIO 2

Questionário respondido por meninos de 7 a 17 anos, participantes de atividades não esportivas.

- 1) Qual a sua idade?
- 2) Qual sua série na escola?
- 3) Se você trabalha, quanto ganha?
- 4) Que profissão você pretende ter?
- 5) Já fez uso de droga?
- 6) Já esteve envolvido com crime?
- 7) Por que você veio para este projeto?
- 8) Você gosta da arte que desempenha neste projeto?
- 9) Se a arte desempenhada já foi ou é importante para você, diga porque.
- 10) O que você espera conseguir com a arte desempenhada?
- 11) O tratamento que você recebe neste local é :
 - a – Ruim (.....)
 - b – Regular (.....)
 - c – Bom (.....)
 - d – Ótimo (.....)
- 12) Quanto a seus pais ou responsáveis:

a – Qual o grau de escolaridade?

b – Eles trabalham?

c - Quanto recebem?

ANEXO VII – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
CLEMENTINO FRAGA FILHO
((HUCFF/ UFRJ))



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A Perspectiva do Esporte, Como Elemento Responsável Pelo Afastamento de Crianças e Adolescentes, das Drogas e da Criminalidade, na Cidade do Rio de Janeiro

Pesquisador: Paulo Roberto Monteiro Peres

Área Temática:

Versão: 5

CAAE: 04780712.5.0000.5257

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO ((ESCOLA DE EDUCACAO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 125.106

Data da Relatoria: 18/10/2012

Apresentação do Projeto:

Protocolo 079-12 do grupo III. Emeda recebida em 11.10

Objetivo da Pesquisa:

Ver conclusões

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Ver conclusões

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Ver conclusões

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Ver conclusões

Recomendações:

Nenhuma

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O pesquisador, em carta de 11 de outubro, menciona que anexou TCLE dos responsáveis. Emenda aprovada

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco N°255 Sala 01D-46

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 21.941-913

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2562-2480

Fax: (21)2562-2481

E-mail: cep@hucff.ufrj.br

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
CLEMENTINO FRAGA FILHO
((HUCFF/ UFRJ))



Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

RIO DE JANEIRO, 18 de Outubro de 2012

Assinador por:
Carlos Alberto Guimarães
(Coordenador)

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco N°255 Sala 01D-46
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 21.941-913
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2562-2480 **Fax:** (21)2562-2481 **E-mail:** cep@hucff.ufrj.br